

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA

GISELY GONÇALVES DE CASTRO

**SIMULACRO E RETÓRICA: CONSTRUÇÃO DE *ETHÉ* E DO HUMOR
EM ARTIGOS DE OPINIÃO INTERGENÉRICOS DE ELIO GASPARI**

VITÓRIA
2015

GISELY GONÇALVES DE CASTRO

**SIMULACRO E RETÓRICA: CONSTRUÇÃO DE *ETHÉ* E DO HUMOR
EM ARTIGOS DE OPINIÃO INTERGENÉRICOS DE ELIO GASPARI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística na área de concentração em Estudos sobre Texto e Discurso.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Carmelino

VITÓRIA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C355s Castro, Gisely Gonçalves de, 1988-
Simulacro e retórica: construção de *ethé* e do humor em artigos de
opinião de Elio Gaspari / Gisely Gonçalves de Castro. – 2015.

95 f. : il.

Orientador: Ana Cristina Carmelino.
Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ethos. 2. Humor, sátira, etc. 3. Imitação. 4. Retórica. I. Carmelino,
Ana Cristina, 1973-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro
de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

*GISELY GONÇALVES DE
CASTRO*

***“SIMULACRO E RETÓRICA:
CONSTRUÇÃO DE ETHÉ E DO
HUMOR EM ARTIGOS DE OPINIÃO
INTERGENÉRICOS DE ELIO
GASPARI”.***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística.

Aprovada em 19 de fevereiro de 2015.

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Carmelino (UFES/UNESP)
Orientadora, Presidente da Sessão e da Comissão Examinadora

Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon (UFES)
Membro Titular da Comissão Examinadora

Prof. Dr. Luiz Antônio Ferreira (PUC-SP)
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora

Para Carlos Gonçalves da Silva e Maria
Aparecida de Castro e Silva, pais e
grandes amigos.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Carmelino, pela orientação e por estar sempre disposta a compartilhar seus conhecimentos.

Aos professores Luciano Novaes Vidon e Luiz Antônio Ferreira, pelas contribuições dadas a este trabalho no Exame de Qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, pelos ensinamentos transmitidos.

À FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo), pelo apoio financeiro.

RESUMO

Esta pesquisa propõe um estudo sobre a construção de *ethé* e do humor em artigos de opinião intergenéricos assinados por Elio Gaspari. Partindo da hipótese de que, nos textos, a construção discursiva de *ethé* alheios constitui a principal estratégia argumentativa, buscamos verificar como, pela utilização de recursos retóricos e humorísticos, é possível construir *ethé* de figuras expressivas da política brasileira. Para tanto, selecionamos oito artigos de opinião publicados em forma de e-mail no jornal *Folha de S. Paulo*. Uma vez estruturados a partir do processo intergenérico, esses artigos de opinião simulam trocas de e-mail entre personalidades políticas, evidenciando *ethé* dessas personalidades, o que os torna um lugar propício para se observar o ponto de vista retórico da construção de imagem. Assim, ao mostrar como se dá a construção de *ethé* dos políticos nos artigos intergenéricos, este trabalho se torna relevante na medida em que pode ampliar reflexões em torno dos artifícios utilizados em textos opinativos para levar o auditório a aderir ao posicionamento do orador. Para a condução deste estudo, adotamos os construtos teóricos desenvolvidos por estudiosos da Retórica (Retórica aristotélica e Nova Retórica), dos gêneros e do humor. As análises revelaram a constituição, pelo viés do humor, de *ethé* positivos dos políticos que atuam como remetentes dos e-mails e de um *ethos* negativo daqueles que desempenham o papel de destinatário. Ainda foi possível constatar que, ao construir *ethé* de outras personagens, o orador acaba construindo representações de si. Concluímos, assim, que é por meio do recurso ao *ethos* e ao humor que o orador busca obter a adesão de seu auditório, levando-o a partilhar seu posicionamento crítico acerca da política brasileira.

Palavras-chave: *ethos*; Elio Gaspari; humor; simulacro; artigo de opinião.

ABSTRACT

This research studies the construction of *ethé* and the humor in intergeneric opinion pieces written by Elio Gaspari. Based on the assumption that the construction of *ethé* of others emerges as the main argumentative strategy in these texts, we seek to verify how, by way of the use of rhetorical and humorous resources, Elio Gaspari constructs *ethé* of notorious Brazilian politicians. To such purpose, we selected eight opinion pieces in the form of e-mail published in the newspaper *Folha de S. Paulo*. Since the opinion pieces are structured by means of intergeneric process, they simulate e-mail exchanges with politicians and highlight the ethos of these personalities. For this reason, the opinion pieces are an appropriate place to study the concept of *ethos*. The relevance of this work is to expand the reflections about the use of argumentative strategies in opinion pieces. To conduct this study, we adopt the theoretical assumptions developed by researchers of the Rhetoric (Aristotle's Rhetoric and New Rhetoric), genres and humor. The analysis showed that, by way of the humor, Elio Gaspari constructs positive *ethé* of politicians who act as the senders of the e-mails and a negative *ethos* of those who act as the addressees. We also noticed that Elio Gaspari constructs not only *ethé* of other characters, but also representations of himself. In doing so, we conclude that the orator seeks to obtain the accession from his audience through the use of the *ethos* and the humor.

Keywords: *ethos*; Elio Gaspari; humor; simulacrum; opinion piece.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os gêneros retóricos	26
Quadro 2 – Primeiro momento de constituição do <i>corpus</i>	42
Quadro 3 – Recorrência de remetentes	44
Quadro 4 – Recorrência de destinatários	44
Quadro 5 – Figuras políticas.....	45
Quadro 6 – Temas pelos quais o leitor da <i>Folha</i> se interessa.....	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Configuração do <i>corpus</i> de análise	36
Figura 2 – Posicionamento da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre política	49
Figura 3 – Posicionamento da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre economia	50
Figura 4 – Perfil dos leitores da <i>Folha de S. Paulo</i>	51
Figura 5 – Passagem do <i>script</i> do e-mail para o <i>script</i> do artigo de opinião	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A RETÓRICA.....	15
2.1 <i>Ethos</i> e seus mecanismos constituintes.....	16
2.1.1 O <i>pathos</i>	20
2.1.2 O <i>logos</i>	22
2.2 Os gêneros retóricos	25
3 O HUMOR	28
3.2 As funções do humor.....	29
3.3 A construção do sentido humorístico	31
4 OS GÊNEROS E A INTERGENERICIDADE.....	34
4.1 Os conceitos de gênero e intergenericidade.....	34
4.2 O gênero artigo de opinião	37
4.3 O gênero e-mail	39
5 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	42
5.1 Constituição do <i>corpus</i> : seleção e delimitação	42
5.2 Contextualização do <i>corpus</i>	46
5.3 O jornal <i>Folha de S. Paulo</i> e seus leitores.....	49
5.4 Considerações sobre Elio Gaspari	52
6 A CONSTRUÇÃO DE <i>ETHÉ</i> EM ARTIGOS DE OPINIÃO INTERGENÉRICOS DE ELIO GASPARI.....	54
6.1 Constituição de <i>ethé</i> das personalidades políticas	54
6.1.1 Conselheiro	58
6.1.2 Experiente	64
6.1.3 Incompetente	70
6.2 Elio Gaspari: um orador irônico e conhecedor	74
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXOS	87
ANEXO A – Mensagem de jk@peixe vivo para FFHH	88
ANEXO B – Mensagem de vargas.edu.br para FFHH.....	89
ANEXO C – De geisel@gritodoipiranga.edu.br para FH	90
ANEXO D – De JK@peixe vivo.edu para Lula	91
ANEXO E – De Castello Branco@edu para Lula@org.br	92
ANEXO F – De Figueiredo@edu para Lula@org	93
ANEXO G – De Tancredo@edu para Lula@com.br.....	94
ANEXO H – De ernesto.geisel@edu para lula@gov.....	95

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe um estudo sobre a construção de *ethé* e do humor em oito artigos de opinião intergenéricos de autoria de Elio Gaspari. Os artigos de opinião que constituem o *corpus* deste trabalho apresentam, pois, aspectos composicionais de outro gênero: o e-mail. Nesses artigos, o orador simula trocas de e-mail entre personalidades políticas e, por meio da utilização de recursos retóricos e humorísticos, constrói imagens tanto das personalidades que figuram como remetentes dos supostos e-mails quanto daquelas que atuam como destinatários. Desse modo, os textos se configuram como simulacros: são produtos de uma simulação.

Para orientar o desenvolvimento desta pesquisa, buscamos responder às seguintes questões: (i) Como Elio Gaspari constrói *ethé* de personalidades políticas nos simulacros? (ii) Quais são os recursos retóricos e humorísticos que contribuem para a constituição desses *ethé*? A construção discursiva dos *ethé* leva em conta as representações prévias que o auditório possui a respeito das personalidades políticas?

A partir dos questionamentos expostos, propomos, enquanto objetivo geral, verificar como, pela utilização de recursos retóricos e humorísticos, é possível construir *ethé* de figuras expressivas da política brasileira. Em decorrência desse objetivo geral, buscamos, como objetivo específico, analisar os efeitos retóricos e humorísticos que contribuem para a constituição de *ethé* de ex-presidentes da República em oito artigos de opinião intergenéricos escritos por Elio Gaspari.

Nossa hipótese é a de que, se o orador constrói, sobretudo, imagens de outras personagens, a principal estratégia argumentativa dos textos selecionados é a instauração de *ethé* alheios no discurso. Com efeito, Elio Gaspari parece mesmo argumentar pelo recurso ao *ethos* das personalidades que mobiliza em seus artigos de opinião: nos simulacros, tanto os remetentes quanto os destinatários têm, de formas distintas, suas imagens filtradas pelo ponto de vista do orador.

Para a constituição do *corpus* deste estudo, selecionamos oito artigos de opinião publicados em forma de e-mail no jornal *Folha de S. Paulo*. Num primeiro momento, selecionamos sessenta artigos de opinião publicados entre março de 2002 e março de 2013. Ao iniciarmos o processo de delimitação, constatamos uma recorrência no que diz respeito às personagens mobilizadas: havia uma grande reincidência de figuras políticas, especialmente quando se tratava de figuras relacionadas aos cargos de ministro de Estado e de presidente da República. É com base na reincidência de figuras relacionadas ao cargo de presidente da República que chegamos ao número de oito artigos de opinião.

A escolha do *corpus* se justifica em função da complexidade que apresenta no que se refere à construção de imagens: os artigos de opinião são publicados em forma de e-mail e simulam interações entre políticos brasileiros, colocando em evidência o *ethos* de cada um deles. Além do mais, encaminhar um estudo preocupado com a construção de imagens em artigos de opinião é uma forma de desvelar estratégias argumentativas em um gênero que tem como um dos principais objetivos formar a opinião do público em geral ou de determinado segmento da sociedade.

De fato, no artigo de opinião, importa mais a posição do articulista do que os acontecimentos sobre os quais ele emite seu ponto de vista. Um leitor desse gênero não busca apenas informação sobre dado assunto, mas, acima de tudo, sua apreciação por parte de uma autoridade. Nessa perspectiva, o articulista assume a posição de articulador de um ponto de vista, de formador de opinião. Assim, a relevância da pesquisa consiste na possibilidade de ampliar reflexões em torno dos artifícios utilizados em textos opinativos para levar o auditório a aderir ao posicionamento do orador.

Fundamentaremos nossa pesquisa, basicamente, nos construtos teóricos desenvolvidos pelos estudiosos da Retórica aristotélica e da Nova Retórica, como Aristóteles (2005), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Reboul (2004) e Meyer (2007). Também serão considerados os trabalhos de Bakhtin (2011), Fix (2006), Marcuschi (2008) e Koch & Elias (2011, 2012) acerca dos gêneros e da intergenericidade, bem como os estudos Travaglia (1989, 1990), Possenti (1998,

2010) e Carmelino (2012) sobre as características do campo do humor, as funções do humor e as técnicas de construção do sentido humorístico.

No plano metodológico, valemo-nos dos princípios da análise retórica. Consideramos, portanto, a retórica em suas funções persuasiva e hermenêutica. Isso porque, além fornecer os artifícios para a construção do discurso persuasivo, a retórica também oferece os meios para interpretá-lo. Por meio da leitura retórica, buscamos, então, mostrar como os argumentos, as figuras, as escolhas lexicais e as técnicas humorísticas são infiltrados nos textos selecionados e como tais elementos, contribuem para construir *ethé* dos políticos mobilizados.

Feitas essas considerações iniciais, passemos à exposição do nosso plano de texto. Este trabalho compreende sete capítulos, sendo que o primeiro diz respeito a esta introdução. O segundo capítulo aborda o conceito de *ethos* e seus mecanismos constitutivos, bem como os gêneros retóricos. Já o terceiro capítulo discorre sobre as características do campo do humor, as funções do humor e as técnicas de construção do sentido humorístico. Por sua vez, o quarto capítulo trata dos conceitos de gênero e de intergenericidade. O quinto capítulo é dedicado aos aspectos metodológicos da pesquisa. O sexto capítulo, por seu turno, comporta as análises do *corpus*. Por fim, o sétimo capítulo é destinado ao registro das considerações finais a respeito deste trabalho.

2 A RETÓRICA

Exercida no domínio das verdades contingentes, portanto, num mundo de opiniões, crenças e valores divergentes e mutáveis, a retórica diz respeito ao discurso persuasivo, ou ao que um discurso tem de persuasivo (REBOUL, 2004). Sua função¹ mais evidente é, pois, a persuasiva, a qual é exercida por meio da exploração da razão e da afetividade.

A função persuasiva da retórica advém de suas definições mais antigas. Com efeito, na primeira definição de retórica de que se tem notícia, ela é “criadora de persuasão” (REBOUL, 2004). Em Aristóteles (2005), com seu trabalho de sistematização da retórica, ela passa a ser definida como a faculdade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Tal definição não só consolidou o que se pode chamar de Retórica Clássica, como também subsidiou a proposta da Nova Retórica.

Na segunda metade do século XX, estudiosos da retórica procederam a uma ressignificação de seus pressupostos, inaugurando, então, a Nova Retórica. Tal ressignificação se deve, essencialmente, às contribuições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), mas também às de Reboul (2004) e de Meyer (2007). Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 4), a retórica é o “estudo das técnicas argumentativas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”. Para Reboul (2004, p. XIV), é “a arte de persuadir pelo discurso”. E para Meyer (2007, p. 25), é “a negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma questão dada”.

Todas as definições de retórica dispostas acima admitem a presença de um orador, simbolizado pelo *ethos*, de um auditório, simbolizado pelo *pathos*, e de um discurso, simbolizado pelo *logos*. *Ethos*, *pathos* e *logos* são os meios pelos quais um discurso se configura como persuasivo. Enquanto o *ethos* e o *pathos* dizem respeito à afetividade, o *logos* é de natureza racional. Ou melhor, enquanto o *ethos* e o *pathos*

¹ Outra função importante da retórica é a hermenêutica, isto é, “a arte de interpretar textos” (REBOUL, 2004, p. XIX).

são mais afetivos, o *logos* é mais racional, “pois, em retórica, razão e afetividade são inseparáveis” (REBOUL, 2004, p. XVII).

A persuasão busca, desse modo, fundir em si três ordens de finalidade: *docere* (instruir, ensinar), o lado argumentativo do discurso; *movere* (comover), aquilo que abala, que impressiona o auditório; e *delectare* (agradar), o lado agradável, humorístico, estimulante do discurso (REBOUL, 2004).

Tendo em vista o objetivo deste estudo, qual seja, verificar como se constrói, nos textos selecionados, *ethé* de figuras expressivas da política brasileira através da utilização de recursos retóricos e humorísticos, dedicamos o item seguinte a um tratamento mais detalhado do conceito de *ethos*. Considerando-se, ainda, que é por meio do discurso que o orador busca desencadear uma reação em seu auditório, consideramos, como elementos constitutivos do *ethos*, o *pathos* e o *logos*.

2.1 *Ethos* e seus mecanismos constituintes

Para Aristóteles (2005, p. 96), o *ethos* está ligado ao caráter que o orador mostra em seu discurso para inspirar confiança no auditório:

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas, sobretudo, nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que essa confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador [...].

Nessa passagem, fica evidente que, para o autor, o *ethos* só pode pertencer à arte retórica quando produzido no e pelo discurso, e não, como mais tarde entenderiam os romanos, a partir de uma opinião prévia a respeito do orador. Nesse sentido, Aristóteles (2005) enumera três qualidades a serem exercitadas pelo orador para inspirar confiança em seu auditório: *phrónesis* (prudência), *areté* (virtude) e *eúnoia* (benevolência). A *phrónesis* diz respeito à virtude intelectual e à faculdade da razão prática. A *areté*, por sua vez, refere-se à virtude de abrangência moral que

acompanha a *phrónesis* nas decisões práticas. E a *eúnoia* traduz a benevolência necessária que acompanha a atitude e o comportamento respeitoso do orador face ao ouvinte.

Assim, os oradores inspiram confiança (a) se seus argumentos e conselhos são sábios, *razoáveis* [*phrónesis*], (b) se argumentam *honestamente* e *sinceramente* [*areté*], e (c) se são *solidários* e *amáveis* com seus ouvintes [*eúnoia*]” (EGGS, 2013, p. 32, grifos do autor). Decorre daí a necessidade que o orador passa a ter de se adaptar ao seu auditório, o que, aliás, é bem visível nas reformulações das neorretóricas. Por exemplo, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que, como já foi mencionado, são os precursores das teorias da argumentação contemporâneas, embora não tenham se dedicado ao estudo do *ethos* enfatizam que, para argumentar, é preciso que orador tenha apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental.

De acordo com Amossy (2013b, p. 123), essa importância atribuída ao auditório acarreta, naturalmente, “a insistência no conjunto de valores, de evidências, de crenças, fora dos quais todo diálogo se revelaria impossível; em outras palavras, conduz a uma *doxa* comum”. Para a autora, é mediante um trabalho sobre a *doxa* que o orador procura levar seu auditório a partilhar com ele seus pontos de vista:

O orador apoia seus argumentos sobre a *doxa* que toma emprestada de seu público do mesmo modo que modela seu *ethos* com as representações coletivas que assumem, aos olhos dos interlocutores, um valor positivo e são susceptíveis de produzir neles a impressão apropriada às circunstâncias (AMOSSY, 2013b, p. 124).

A construção do *ethos* no discurso se faz, dessa forma, a partir de um jogo especular: o orador constrói uma imagem de si em função da imagem que ele constrói de seu auditório. É nesse sentido que Amossy (2013b) elege a *doxa* como um fator determinante no estabelecimento do *ethos*:

No momento em que toma a palavra, o orador faz uma ideia de seu auditório e da maneira pela qual será percebido; avalia o impacto sobre seu discurso atual e trabalha para confirmar sua imagem, para reelaborá-la ou transformá-la e produzir uma impressão conforme às exigências de seu projeto argumentativo. (AMOSSY, 2013b, p. 125).

A *doxa* tem, portanto, muita importância para a eficácia de um discurso. Ora, é a partir desse saber compartilhado pelo auditório que o orador se esforça para, no discurso, confirmar ou refutar uma imagem que dele se constituiu antes mesmo que tomasse a palavra. Em outros termos, para construir, em seu discurso, a imagem que realmente deseja transmitir, o orador deve levar em consideração a imagem que o público previamente fez de sua pessoa.

É claro que existem circunstâncias em que não se pode esperar que o auditório possua uma imagem prévia do orador. Entretanto, há muitas outras em que tais representações são inevitáveis. Falamos, aqui, de situações em que orador é uma pessoa conhecida, como é o caso de figuras políticas, que têm uma imagem pública pelos seus atos, pelo que delas mostra a mídia e por estarem associadas a um partido político. Além do mais, mesmo que o orador não seja uma pessoa conhecida, sua posição institucional sempre contribuirá para que o auditório construa representações prévias a seu respeito.

Essa imagem preexistente do orador, que tem suas origens numa abordagem romana, corresponde ao que Meyer (2007) denomina *ethos* projetivo. De acordo com o autor, é preciso distinguir entre *ethos* projetivo ou imanente, isto é, a projeção da imagem que deve ter o *ethos* aos olhos do *pathos*, e *ethos* não imanente, mas efetivo. O *ethos* projetivo está, pois, relacionado àquilo que o outro da relação retórica projeta como imagem: tanto o orador como o auditório projetam, um no outro, uma visão imanente, uma imagem *a priori*, sendo que essa imagem não precisa corresponder forçosamente à realidade. Ao lado desse *ethos* projetivo, há o real, o *ethos* efetivo, que é o orador em sua ação real (MEYER, 2007).

Ciente de que *ethos* projetivo e *ethos* efetivo se diferem em princípio, o orador pode construir seu discurso de modo que a imagem projetada seja efetivamente controlada (MEYER, 2007). Nesse sentido, Haddad (2013) chama a atenção para a importância de se considerar a dinâmica pela qual o *ethos* produzido no discurso leva em conta, seja para validar, corrigir ou refutar, a representação prévia que o público faz do orador.

A relação entre *ethos* prévio e *ethos* discursivo, também é defendida por Amossy (2013b). Buscando articular o *ethos* em sua dimensão discursiva e institucional, a partir de uma perspectiva inspirada na Nova Retórica de Perelman (2004), a autora ressalta que a posição institucional do orador e o grau de legitimidade que ela lhe confere contribuem para suscitar uma imagem prévia que pode ser confirmada ou modificada no discurso. Assim,

Talvez se possa dizer que o status de que goza o orador e a imagem pública delimitam sua autoridade no momento em que toma a palavra. Entretanto, a construção da imagem de si no discurso tem, em contrapartida, a capacidade de modificar as representações prévias, de contribuir para a instalação de imagens novas e de transformar equilíbrios, contribuindo para a dinâmica do campo (AMOSSY, 2013b, p. 138).

A partir dessas considerações, dizemos, com Amossy (2013b, p. 126), que “o orador adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados pelo seu público-alvo”. É baseado nessa projeção que o orador, por meio de escolhas linguísticas e estilísticas, efetua, em seu discurso, uma apresentação de si, visando consolidar a adesão de seu auditório às suas teses. Nessa perspectiva, “o lugar que engendra o *ethos* é, portanto, o discurso, o *logos* do orador, e esse lugar se mostra apenas mediante as escolhas feitas por ele” (EGGS, 2013, p. 31).

Nos estudos de Meyer (2007), o *logos* tem por vocação traduzir o que constitui um problema. É a existência desse problema que possibilita a negociação entre orador e auditório. Com efeito, se ele não existisse, se não houvesse uma diferença, uma distância, não haveria nenhuma necessidade de debate. Daí a definição de Meyer (2007, p. 25) que retomamos aqui: “a retórica é negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma questão dada”.

Nessa concepção, o orador é “alguém que deve ser capaz de responder às perguntas *que* suscitam debate e que são aquilo *sobre o que* negociamos” (MEYER, 2007, p. 34, grifos do autor). Assim, uma vez ligado à imagem que o orador passa de si mesmo, o *ethos* é “o orador como princípio e (também como argumento) de autoridade”, é “o ponto final do questionamento” (MEYER, 2007, p. 35).

Como se pode notar, Meyer (2007) não identifica pura e simplesmente o *ethos* ao orador. Para ele, a dimensão do uso da palavra é estruturada de modo mais complexo:

O *ethos* é um domínio, um nível, uma estrutura – em resumo, uma dimensão –, mas isso não se limita àquele que fala pessoalmente ao auditório, nem mesmo a um autor que se esconde atrás de um texto e cuja “presença”, por esse motivo, afinal, pouco importa. O *ethos* se apresenta de maneira geral como aquele ou aquela com quem o auditório se identifica, o que tem como resultado conseguir que suas respostas sobre a questão tratada sejam aceitas (MEYER, 2007, p. 35).

De fato, “quando fazemos análise retórica, podemos encontrar um orador que constrói, sobretudo, o *ethos* de outras personagens ou de classes sociais e de instituições” (FERREIRA, 2010, p. 92). É exatamente o que acontece no caso específico deste estudo: Elio Gaspari, orador efetivo, procura, acima de tudo, construir *ethé* de outras personagens²: políticos brasileiros.

Como deve ter ficado claro, o *ethos* não se desvincula das outras provas da retórica: *pathos* e *logos*. Afinal, toda argumentação pressupõe um orador que busca influenciar seu auditório por meio do discurso. Tendo isso em vista, passemos ao tratamento das provas patéticas e lógicas.

2.1.1 O *pathos*

É o auditório que concentra toda a atividade do orador. Compeli-lo a aceitar determinado ponto de vista implica movimentar, em maior ou menor intensidade, o *pathos*. Vinculado à afetividade, o *pathos* remete às paixões, às emoções, às crenças e aos sentimentos que o orador busca suscitar em seu auditório. Sua mobilização adequada é capaz de influenciar o estado de espírito do auditório, de modo a produzir mudanças em seus juízos. Ora, “os fatos não se apresentam sob o mesmo prisma a quem ama e a quem odeia, nem são iguais para o homem que está indignado ou para o calmo, mas, ou são completamente diferentes ou diferem segundo critérios de grandeza” (ARISTÓTELES, 2005, p. 159-160).

² Tendo em vista que os políticos figuram em situações criadas por Elio Gaspari, atuando como remetentes ou destinatários dos supostos e-mails, para nos referirmos a eles, utilizaremos, também, o termo “personagem”.

Ao abordar tanto as emoções eufóricas (calma, amor, confiança, compaixão) quanto as disfóricas (cólera, ódio, temor, vergonha, indignação, inveja, desprezo), Aristóteles (2005) observa que elas não são virtudes ou vícios permanentes: são, na verdade, sentimentos relacionados a situações transitórias, que revelam as representações que faz o orador do auditório. Cumpre precisar que nem todos reagem da mesma forma às mesmas paixões; por isso, o estudo do auditório é fundamental quando se deseja agir por meio do *pathos*.

Encontrar as questões implicadas no *pathos* é, segundo Meyer (2007), tirar proveito dos valores do auditório, ou melhor, da maneira como o auditório hierarquiza esses valores. É considerar o que o enraivece, o que ele detesta, o que ele despreza, contra o que ele se indigna, o que ele deseja, e assim por diante. Enfim, o orador deve levar em consideração as paixões, as emoções, os valores de seu auditório: essa é uma condição prévia para qualquer argumentação que se pretende eficaz.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 22) definem auditório como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. Cada orador pensa, de forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir, o que nos permite ver o auditório como uma construção do orador. Como esse auditório presumido é sempre uma construção mais ou menos sistematizada, a argumentação efetiva precisa concebê-lo tão próximo quanto possível da realidade.

A necessidade de adaptar-se ao auditório levanta, entretanto, um importante problema: o auditório, longe de constituir-se como um todo unificado, é variável. Assim, adaptar-se a todas as suas particularidades não é uma tarefa simples. É nesse ponto que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 34) estabelecem a noção de auditório universal enquanto norma da argumentação objetiva:

Com efeito, conquanto o auditório universal de cada orador possa ser considerado, de um ponto de vista externo, um auditório particular, ainda assim, a cada instante e para cada qual, existe um auditório que transcende todos os outros e que é difícil precisar como um auditório particular. Em contrapartida, o indivíduo que delibera ou o interlocutor do diálogo podem ser percebidos como um auditório particular, cujas reações conhecemos e cujas características somos capazes de estudar. Daí a importância primordial do auditório universal enquanto norma da argumentação objetiva,

pois o parceiro do diálogo e o indivíduo que delibera consigo mesmo não são mais que encarnações sempre precárias.

Cumpre ressaltar que o auditório universal, nessa perspectiva, é constituído por cada orador a partir do que ele sabe sobre os seus interlocutores. Dessa forma, cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção de auditório universal. Ao refletir sobre a natureza desse auditório dito universal, Reboul (2004) chega à conclusão de que o conceito se trata, na verdade, de um princípio de superação. Em outras palavras, embora o orador saiba que está diante de um auditório particular, constrói um discurso que tenta superá-lo, que se dirige a outros auditórios possíveis. Assim, o auditório, para Reboul (2004), é sempre particular, de modo que o auditório universal constitui apenas uma pretensão, mas que apresenta uma função mais nobre, a do ideal argumentativo.

2.1.2 O *logos*

Até o século VI a.C., *logos* era usado com a acepção de palavra escrita ou falada, o verbo. A partir dos estudos de Heráclito de Éfeso, o termo incorporou o significado de razão (FERREIRA, 2010). Em retórica, é o *logos* que se encarrega do discurso persuasivo: é por meio dele que demonstramos o que parece ser verdade de acordo com o que se conhece sobre cada assunto. A persuasão pelo *logos* ocorre mediante a utilização de técnicas argumentativas, dentre as quais é possível destacar os argumentos, as figuras e as escolhas lexicais.

Para Aristóteles (2005, p. 93), os argumentos se realizam por meio de raciocínios dedutivos e indutivos. Os raciocínios dedutivos se corporificam nos silogismos, que podem ser *apodícticos*, compostos por premissas verdadeiras e certas que levam a uma conclusão também verdadeira e certa; *dialéticos*, que partem de premissas apenas prováveis, admitidas e verossímeis; e *sofísticos*, logicamente inconsistentes, sem fundamentos válidos ou que falham na capacidade de provar, de forma eficaz, o que afirmam. Em retórica, o silogismo dialético é denominado *entimema*. Já os raciocínios indutivos são os exemplos, os quais apresentam relações da parte para a parte e concluem fatos futuros por meio de fatos passados.

A partir da lógica do verossímil e da noção de acordo, os estudos da Nova Retórica configuram uma nova forma de olhar os argumentos. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), as técnicas argumentativas se caracterizam a partir de processos de ligação e de dissociação. Enquanto os processos de ligação são esquemas que aproximam elementos distintos e estabelecem entre eles uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los negativa ou positivamente um pelo outro; os processos de dissociação são entendidos como técnicas de ruptura, com o objetivo de promover separação de elementos considerados como um todo, ou, pelos menos, como um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento.

Embora admitam a possibilidade de se tratar um mesmo argumento tanto do ponto de vista da ligação quanto do ponto de vista da dissociação, sendo possível, de certa forma, reduzir todos os grupos argumentativos a apenas um, que seria considerado fundamental; Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) preferem distinguir os grupos de argumentos em suas formas mais caracterizadas. Assim, os autores propõem quatro tipos de argumentos: argumentos quase-lógicos, argumentos fundados na estrutura do real, argumentos que fundam a estrutura do real e argumentos por dissociação.

Os argumentos quase-lógicos são aqueles cuja estrutura lógica se assemelha aos raciocínios formais: cada um dos argumentos quase-lógicos apresenta proximidade com um princípio lógico ou matemático. Assim como as demonstrações formais, eles não fazem apelo à experiência, já que procuram demonstrar. Sua força persuasiva decorre justamente de sua aparência lógica; no entanto, ao contrário dos princípios lógicos da demonstração, podem ser refutados, ou seja, é possível mostrar que eles não são puramente lógicos. “O que caracteriza a argumentação quase-lógica é, portanto, seu caráter não formal e o esforço mental de que necessita sua redução ao formal” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 220). São considerados argumentos quase-lógicos: o argumento do ridículo, a identidade, a definição, a regra de justiça, argumentos de reciprocidade, argumentos de transitividade, a inclusão da parte no todo, a divisão do todo em partes, argumentos de comparação e argumentação pelo sacrifício.

Os argumentos baseados na estrutura do real se valem da realidade para estabelecer uma conexão entre juízos admitidos e outros que se procura promover (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Argumentos desse tipo não se apoiam na lógica, como os argumentos quase-lógicos, mas na experiência, nas ligações reconhecidas entre coisas e fatos. Argumentar, nesse caso, já não é implicar, mas explicar. São considerados argumentos fundados na estrutura do real: o argumento pragmático, o argumento do desperdício, o argumento da direção, o argumento da superação, o argumento de autoridade, o argumento de hierarquia dupla e os argumentos concernentes às diferenças de grau e de ordem.

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real se dividem, basicamente, entre ligações que fundam o real pelo recurso ao caso particular (o exemplo, que permite uma generalização; a ilustração, que esteia uma regularidade; e o modelo, que incentiva a imitação) e os raciocínios por analogia (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Os argumentos por dissociação, diferentemente das ligações argumentativas, que tornam solidários elementos que podiam de início ser considerados independentes, recusam o estabelecimento de tal solidariedade, mostrando que uma ligação que fora considerada aceita, que fora presumida ou desejada, não existe (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Os argumentos dessa natureza dissociam noções em pares hierarquizados a partir da depreciação do que era até então um valor aceito.

Outro recurso com papel relevante no processo argumentativo são as figuras retóricas. Entendidas, durante muito tempo, como simples ornamentos, as figuras assumem, na Nova Retórica, todo um significado argumentativo. Mais do que conferir elegância aos discursos, elas contribuem para a construção do discurso persuasivo. De fato, “se menoscabarmos essa função argumentativa das figuras, seu estudo parecerá rapidamente um vão passatempo, a busca de nomes estranhos para modos de expressão rebuscados” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 190).

Interessados em mostrar como o emprego de certas figuras se explica pelas necessidades da argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) redefinem o conceito de figura, que passa a ser entendida como um condensado de argumento (REBOUL, 2004). Levando em consideração os efeitos argumentativos produzidos por determinadas figuras, quais sejam, impor ou sugerir uma escolha, aumentar a presença ou realizar a comunhão com o auditório, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) as classificam em três grupos: figuras de escolha, figuras de presença e figuras de comunhão.

As figuras de escolha dizem respeito à maneira como o orador qualifica, caracteriza, interpreta os fatos de acordo com seu interesse argumentativo. A definição oratória, a perífrase, a antonomásia e a retificação são alguns exemplos. As figuras de presença, por sua vez, despertam o sentimento de presença do objeto do discurso. As mais comuns são as que se relacionam com a repetição, como é o caso da anáfora, e a amplificação. Por fim, as figuras de comunhão oferecem um conjunto de caracteres referentes ao acordo com o auditório. São alguns exemplos desse caso a alusão, a citação, as máximas, os provérbios e a apóstrofe.

Assim como os argumentos e as figuras, a escolha lexical também pode funcionar como técnica argumentativa. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 168), “a escolha dos termos para expressar o pensamento raramente deixa de ter alcance argumentativo”. Em outras palavras, todo ato de selecionar certos termos para apresentá-los ao auditório, certamente, evidencia a importância deles no processo de persuasão.

2.2 Os gêneros retóricos

Conforme já foi mencionado, para obter sucesso em seu empreendimento argumentativo, o orador necessita adaptar seu discurso ao auditório. É essa necessidade de adaptação que, como mostra Aristóteles (2005, p. 104), confere traços específicos aos gêneros retóricos:

Com efeito, o discurso comporta três elementos: o orador, o assunto de que fala, e o ouvinte: e o fim do discurso refere-se a esse último, isto é, ao ouvinte. Ora, é necessário que o ouvinte seja espectador ou juiz, e que um juiz se pronuncie sobre o passado ou sobre o futuro. O que se pronuncia sobre o futuro é, por exemplo, um membro de uma assembleia; o que se pronuncia sobre o passado é o juiz; o espectador, por seu turno, pronuncia-se sobre o talento do orador. De sorte que é necessário que existam três gêneros retóricos: o deliberativo, o judicial e o epidíctico.

Em outras palavras, o gênero judiciário tem, como auditório, aqueles que analisam uma causa passada e determinam se ela é justa ou não. O auditório atua, então, como juiz, pois, a partir da conclusão acerca da justiça ou injustiça de uma causa, condena ou absolve. Já o gênero deliberativo tem, como auditório, aqueles que atuam como assembleia, isto é, aqueles que, diante de uma questão que aponta para o futuro, refletem sobre o útil e o prejudicial e, assim, aconselham ou não a tomada de uma decisão. Por sua vez, o gênero epidíctico, que se refere ao presente, tem, como auditório, aqueles que atuam como espectadores, ou seja, aqueles que analisam o orador no ato louvar ou censurar algo ou alguém.

O quadro seguinte, de Mosca (2001), apresenta a finalidade de cada gênero retórico, o tempo afetado, a categoria envolvida, os valores implicados (avaliação), e o argumento-tipo:

Quadro 1 – Os gêneros retóricos

Gênero	Finalidade	Tempo	Categoria	Auditório	Avaliação	Argum. Tipo
Judiciário	Acusar/ Defender	Passado	Ética	Juiz/ jurados	Justo/injusto	Entimema (dedutivo)
Deliberativo	Aconselhar/ Desaconselhar	Futuro	Epistêmica	Assembleia	Útil/ prejudicial	Exemplo (indutivo)
Epidíctico	Elogiar/ Censurar	Presente	Estética	Espectador	Belo/feio	Amplificação

Fonte: MOSCA (2001, p. 32)

Todos os três gêneros têm um componente de *ethos*, de *pathos* e de *logos*. Segundo Meyer (2007), quando o auditório avalia se é belo ou feio (epidíctico), justo ou injusto (judiciário) e útil ou prejudicial (deliberativo), temos aí o *pathos*. O *ethos* intervém igualmente nesses três gêneros, pois o orador ornamenta (epidíctico), defende (judiciário) ou delibera (deliberativo). Quanto ao *logos*, nos três casos, ele repousa sobre o possível: o que é possível (epidíctico), o que teria sido possível (judiciário) e o que será possível (deliberativo).

Evidentemente, a distinção entre judiciário, deliberativo e epidítico não é rígida: é perfeitamente possível que um mesmo discurso apresente traços dos três gêneros. Aliás, o próprio Aristóteles (2005) afirma que os gêneros retóricos se sobrepõem com muita frequência. Portanto, “difícilmente encontraremos um discurso puro, com predominância absoluta de um determinado gênero oratório” (FERREIRA, 2010, p. 62).

3 O HUMOR

Próprio da natureza humana, o humor perpassa nosso cotidiano de forma tão ampla que está presente nas mais variadas esferas da vida social (familiar, publicitária, jornalística, religiosa e muitas outras). Na verdade, qualquer tema, qualquer situação, qualquer pessoa é passível de se tornar objeto de piada, de paródia, de caricatura, de sátira. De acordo com Travaglia (1990), é justamente a presença e a disseminação do humor em nossa vida, bem como os papéis necessários e relevantes exercidos por ele, que o levaram a tornar-se um importante campo de estudos.

É nesse sentido que Possenti (2010), embora tenha afirmado, em trabalho anterior (POSSENTI, 1998), não haver novidade em relação aos estudos do humor, pois, de certo modo, tudo já havia sido dito, salienta que ainda falta caracterizá-lo, de fato, como um campo. Assim, o autor destaca alguns aspectos que caracterizam o campo humorístico: a possibilidade de abordar qualquer assunto e a reação a controles e proibições que possam atingir suas produções; o grande número de gêneros que incorpora e atinge; e o fato de não se pretender pragmático, embora existam defesas do papel cultural e político de suas produções, tampouco realista.

De acordo com Possenti (2010, p. 179), o humor tem suas regras, seu universo, suas funções:

Haverá certamente alguma relação com a realidade, mas construída segundo as regras do humor, análogas às da ficção. Nem retrata, pois não tem pretensões sociológicas, nem prega diretrizes, pois não tem função educativa ou moralizante. Contudo, não deixa de ter algum papel, de retratar à sua maneira os fatos e as pessoas (exagerando-os, caricaturando-os, ridicularizando-os).

Partindo dessas considerações sobre as características do campo do humor, abordamos, a seguir, outros aspectos que serão importantes para compreender o tom humorístico presente no *corpus* de análise. Para tanto, partimos do princípio de que o humor não se limita a provocar o riso para propormos, com base em Travaglia (1989, 1990) e Carmelino (2012) uma reflexão sobre suas funções. Em seguida,

apresentamos algumas considerações de Travaglia (1989) e Possenti (1998, 2010) sobre as técnicas de construção do sentido humorístico.

Antes de tudo, convém ressaltar que, embora alguns teóricos costumem estabelecer diferença entre humor, comicidade e riso, não fazemos, aqui, distinção no uso dos termos. Assim, assumimos, com Travaglia (1990), a posição de que o humor está indissoluvelmente ligado ao riso, ao cômico, ao engraçado. É claro que o humor pode não ter compromisso com o riso audível, aberto, com a gargalhada (fenômeno fisiológico), “contudo, ele tem compromisso com o riso entendido de forma mais ampla, como um movimento de satisfação do espírito, provocado por qualquer mecanismo humorístico, e que pode ficar no íntimo de quem ri”.

Entretanto, é preciso esclarecer que, a despeito de não desvincularmos “humor”, “riso” e “cômico”, por nos parecer um termo mais geral, mais abrangente, optamos por utilizar “humor”. Dito isso, passemos às reflexões sobre as funções e as técnicas de construção do humor.

3.1 As funções do humor

Como já mencionado, o humor está associado ao riso. No entanto, esse riso pode muito bem ser velado, discreto, constituindo uma disposição do espírito, isto é, não precisa necessariamente ser aberto, audível. Tal associação, contudo, não é suficiente para explicar todos os processos envolvidos em sua construção, pois fazer rir não é seu único objetivo: “O humor é uma atividade ou faculdade humana cuja importância se deduz de sua enorme presença e disseminação em todas as áreas da vida humana, com funções que ultrapassam o simples fazer rir”. (TRAVAGLIA 1990, p. 55).

Dessa forma, para tratar dos objetivos do humor, Travaglia (1989) estabelece quatro subcategorias: riso pelo riso, liberação, crítica social e denúncia. Vejamos mais de perto cada uma dessas funções.

- i. Riso pelo riso: O riso pelo riso teria o objetivo de divertir, de fazer rir apenas. Para o autor, é difícil sustentar a existência de um humor restrito a esse fim. Primeiro, porque todo humor acaba sendo liberador, pelo menos num sentido psicológico do termo. Depois, porque o escopo do humor é, basicamente, a crítica e a denúncia.
- ii. Liberação: Embora tenha sido proposta pela abordagem psicológica, a liberação não deve ser entendida como uma pura forma de extravasão ou catarse. Mais do que isso, a liberação produz rompimento com a proibição e a censura social imposta a um indivíduo ou a um grupo.
- iii. Crítica social: A crítica social, que pode ser dirigida a pessoas, instituições ou costumes, procura mostrar o absurdo e o ridículo de muitos comportamentos do homem, a fim de que ele perceba a necessidade de romper com a estrutura social vigente.
- iv. Denúncia: A denúncia critica comportamentos não admitidos pelas normas sociais explícitas, mas praticados graças à dissimulação, à hipocrisia e a convivência social. Nesse caso, não há apenas crítica, mas denúncia, já que além de mostrar o aspecto negativo de um comportamento, comprova-se que tal comportamento existe.

Além de divertir, romper com a proibição e o controle social, criticar e denunciar, o humor ainda desempenha uma importante função nas relações interpessoais: a persuasiva. De acordo com Carmelino (2012, p. 48), “o humor pode ser um artifício valioso para despertar interesse, sensibilizar, incitar uma posição ou opinião, capturar a benevolência, provocar ação”. Com efeito, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 213), o humor é um “elemento importantíssimo para conquistar o auditório ou, mais comumente, para firmar uma comunidade entre o orador e o auditório [...]”.

Como se pode observar, as construções humorísticas não se limitam a provocar o riso: “humor é coisa ‘séria’ com funções importantes para o ser humano”

(TRAVAGLIA, 1990, p. 55). Sob a aparência do não sério, afirma Travaglia (1990), o humor é capaz de criticar e dizer coisas que, fora do seu domínio, certamente gerariam problemas, conflitos e consequências desagradáveis.

3.2 A construção do sentido humorístico

Para explicar a construção humorística de um dado texto, pesquisadores de diversas áreas têm identificado uma variedade de elementos que podem atuar na produção do humor. Em geral, esses elementos, isto é, os gatilhos, porque desencadeadores do humor, não são humorísticos em si. Com efeito, um mesmo recurso pode, numa situação, possibilitar a construção do humor e, em outra, não gerar comicidade alguma. É nesse sentido que Possenti (1998) afirma não existir uma Linguística do Humor, já que os mesmos recursos utilizados no cotidiano são, também, aqueles utilizados em textos humorísticos.

Outro aspecto que precisa ser levado em conta no que se refere aos elementos responsáveis pela geração do sentido humorístico é o fato de que eles não se restringem aos componentes da língua, isto é, não são apenas de ordem linguística. Daí a necessidade de se considerar os dados contextuais, as informações extralinguísticas, na construção do humor. Com efeito, o que faz um dado elemento funcionar como cômico é, de acordo com Travaglia (1990), a existência de uma situação que seja classificada conscientemente pelos interlocutores como humorística e que seja deflagradora de algo que faz um texto ou um acontecimento ser risível. Esse algo, segundo Travaglia (1989, p. 57) “é a sintonização de emissor e receptor com o humor ativando o que podemos chamar de ‘scripts’ ou ‘frames’ humorísticos que são uma espécie de veio humorístico, de suportes convencionais do humor”.

Nesse sentido, é possível afirmar que os elementos de construção do humor não apenas são de ordem diversa, mas também existem em grande número. Trentin (2012), por exemplo, em seu estudo sobre frases engraçadas que versam sobre bebida, faz um levantamento de diferentes abordagens que tratam dos recursos

humorísticos em relação à linguagem e chega ao número de quarenta e três técnicas (mecanismos) que possibilitam a construção do sentido humorístico.

Como veremos mais adiante, as técnicas que, de forma mais recorrente, auxiliam na produção do tom humorístico dos textos e estão relacionadas à constituição do *ethos* das personalidades políticas são: conhecimento prévio, ironia e *script* do absurdo. Atentemos, pois, para cada uma delas.

O **conhecimento prévio**, essencial para a compreensão de qualquer texto, pode, de acordo com Possenti (1998), funcionar não só como base para a construção do sentido humorístico, mas também como o próprio gatilho do humor. Conforme Koch e Travaglia (1990), o conhecimento prévio é aquele que se encontra armazenado na memória dos indivíduos e que é acionado no processamento textual. Segundo os autores, esse conhecimento, adquirido na medida em que vivemos e experienciamos uma série de fatos, não é arquivado na memória de modo aleatório, mas em blocos denominados modelos cognitivos, podendo estar relacionados à língua (conhecimento linguístico), ao mundo (conhecimento enciclopédico), às práticas interacionais (conhecimento sociointeracional) e aos modelos textuais globais (conhecimento sobre estrutura ou modelos textuais globais).

A **ironia** é entendida, no estudo acerca dos mecanismos provocadores do riso de Travaglia (1989), como a apresentação de algo para sugerir que é realmente o oposto. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) a definem, em relação ao argumento do ridículo, como uma figura através da qual quer se dar a entender o contrário do que se diz. Outra definição bem semelhante é a de Reboul (2004). Segundo o autor, por meio da ironia, zomba-se dizendo o contrário do que se quer dar a entender. Ainda conforme o autor, tendo em vista que, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), toda figura é um condensado de argumento, a ironia é aquela que condensa o argumento do ridículo pelo riso. É comum, portanto, que os conceitos de ironia estejam associados ao humor. Nesse sentido, Esteves (2009) defende que a ironia apresenta uma relação íntima com o humor e ressalta que “se é difícil, num sentido lato, destringir ironia de humor é porque nela está presente o conflito entre seriedade e humorismo, conflito que a própria ironia alimenta e atiza” (p. 31).

O ***script* do absurdo**, segundo Travaglia (1989), está associado ao que contraria o senso comum, o conhecimento comum estabelecido, escapando, assim, às condições determinadas. Embora não tenha usado o termo “*script* do absurdo”, Raskin (1985), ao estabelecer uma relação entre *scripts* para explicar o humor, já havia realizado considerações importantes a respeito dessa técnica. Na concepção do autor, um *script* é, em sentido amplo, uma porção organizada de informação sobre algo, uma estrutura cognitiva internalizada que proporciona, ao falante, informações sobre como as coisas são feitas e organizadas. Assim, de acordo com Raskin (1985), para um texto ser reconhecido como humorístico, ele precisa ser compatível, parcial ou totalmente, com dois *scripts* opostos: é a partir da passagem de um *script* a outro que surge o humor. Por exemplo, diante de um texto compatível com dois *scripts*, o leitor ou o ouvinte procura definir qual deles está sendo realmente evocado. Se, após proceder a essa definição, o ouvinte ou o leitor perceber que o *script* evocado é oposto ao que ele estava de fato esperando, surge, então, o humor. Em síntese, o humor surge, nesse caso, a partir da surpresa, da quebra de expectativa.

4 OS GÊNEROS E A INTERGENERICIDADE

Produto de atividades sociais estabilizadas e institucionalizadas, os gêneros contribuem para organizar os eventos comunicativos do cotidiano. Embora sejam formas textuais padronizadas e, portanto, facilmente reconhecíveis dentro de uma comunidade discursiva específica, eles não são instrumentos rígidos ou estruturas inibidoras da ação criativa. Pelo contrário, os gêneros são flexíveis e atendem a necessidades humanas sempre variáveis e dinâmicas (MARCUSCHI, 2002).

Portanto, assim como os gêneros se consolidam historicamente em função da estabilização de novas práticas sociais, eles também podem sofrer transformações e, até mesmo, desaparecer em virtude da modificação ou da ausência das condições que os conceberam. É nessa perspectiva que buscamos caracterizar o *corpus* deste estudo, já que os textos que o compõem apresentam uma mescla de formas e funções de dois gêneros distintos: artigo de opinião e e-mail. Assim, considerando essa especificidade, abordamos, neste capítulo, os conceitos de gênero e de intergenericidade. Tal abordagem é fundamental para que possamos compreender como o *corpus* se configura e, assim, proceder a sua análise.

4.1 Os conceitos de gênero e intergenericidade

De acordo com Bakhtin (2011), a comunicação discursiva seria impossível se não existissem os gêneros. Com efeito, “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo” (BAKHTIN, 2011, p. 282).

Entendidos, portanto, como tipos relativamente estáveis de enunciados, os gêneros, conforme Bakhtin (2011), apresentam três dimensões (tema, composição e estilo) indissociáveis e determinadas pelas especificidades da situação de produção e pela apreciação valorativa do locutor. A primeira dimensão, o tema, diz respeito aos conteúdos que se tornam comunicáveis através dos gêneros; em outros termos, são os variados assuntos das atividades humanas. A segunda dimensão, a composição,

está relacionada aos elementos das estruturas comunicativas e semióticas e às relações que se estabelecem entre os parceiros da comunicação. A terceira dimensão, o estilo, refere-se à utilização dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais. Dada a estreita ligação existente entre os componentes propostos pelo autor, a situação de produção e a apreciação valorativa do locutor, os gêneros não podem ser apreendidos fora de sua relação com os diversos campos da atividade humana.

Como as possibilidades da multiforme atividade humana são inesgotáveis, e como cada campo dessa atividade formula seus tipos relativamente estáveis de enunciados, que crescem e se diferenciam à medida que o próprio campo se desenvolve e se complexifica, a diversidade dos gêneros é extremamente ampla (BAKHTIN, 2011). Nesse caso, o que constitui um determinado gênero é o seu vínculo com a situação social de interação. Isto é, os gêneros se consolidam historicamente por meio do surgimento e estabilização de novas situações sociais de interação verbal e desaparecem em virtude da ausência das condições que os conceberam. Assim, chega-se, aqui, ao fato de que os gêneros não só existem em grande número, como também são extremamente maleáveis e dinâmicos.

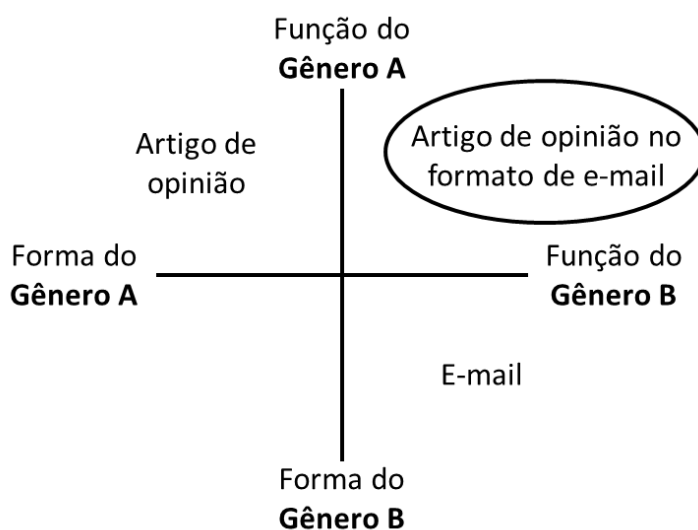
A partir dessas considerações, podemos entender melhor como o *corpus* deste estudo se configura, isto é, como é possível “burlar o cânon de um gênero fazendo uma mescla de formas e funções” (MARCUSCHI, 2008, p. 164). É justamente para satisfazer a novas necessidades percebidas na sociedade que muitos indivíduos, especialmente aqueles que atuam em ambientes profissionais que demandam constante inovação e criatividade, têm investido na exploração de relações intergenéricas e, assim, criado textos em cuja composição se evidencia uma mescla de formas e funções de gêneros diversos.

Ao tratar da configuração híbrida que os gêneros podem assumir, Marcuschi (2008, p. 164), em consonância com o pensamento da linguista alemã Ulla Fix (2006), emprega o termo *intergenericidade* para designar os casos de mescla de gêneros em que um assume a função de outro. Embora esse fenômeno já tivesse recebido outra denominação, *intertextualidade intergêneros*, o autor entende que a

terminologia *intergenericidade* é a que melhor traduz a questão, já que existe uma relação entre um gênero e outro.

Nos casos em que ocorre a intergenericidade, a proposta de Marcuschi (2008) é que a determinação dos gêneros se dê basicamente pela função, e não pela forma, o que não exclui outros elementos do processo de produção, circulação e recepção dos textos. Na verdade, o autor reconhece que a forma estrutural, o propósito comunicativo, o conteúdo, o meio de transmissão, os papéis dos interlocutores, entre outros elementos, na verdade, atuam em conjunto na identificação de um gênero. Entretanto, quando se tem algum problema de determinação, é comum que ele seja solucionado em atenção ao propósito comunicativo. É por esse motivo que os artigos de opinião que compõem o *corpus* continuam sendo vistos e sentidos como artigos de opinião mesmo sendo veiculados em forma de e-mail:

Figura 1 – Configuração do *corpus* de análise



Fonte: MARCUSCHI (2008) (adaptado).

A respeito da identificação de textos intergenéricos, Koch e Elias (2011) ainda ressaltam a importância dos *conhecimentos metagenéricos*. Segundo as autoras, todos os falantes/ouvintes e escritores/leitores desenvolvem uma *competência metagenérica*, que diz respeito ao conhecimento de gêneros textuais e à compreensão de sua caracterização e sua função. É essa competência que

possibilita aos usuários da língua identificar um gênero textual mesmo quando ele se apresenta com a roupagem de outro.

Uma vez que mostramos, aqui, o modo como o *corpus* deste estudo é estruturado, isto é, a partir de um processo intergenérico, resta-nos abordar as características dos gêneros envolvidos neste processo: artigo de opinião e e-mail. Passemos a essa abordagem:

4.2 O gênero artigo de opinião

Integrante da esfera de comunicação jornalística, o artigo de opinião é um gênero no qual se evidencia uma tomada de posição a respeito de determinado assunto. Nesse caso, o articulista (isto é, o autor do artigo de opinião, que pode ser um jornalista, um colaborador ou um convidado de renome) analisa, comenta, explica, interpreta e julga uma questão, sugerindo aos leitores uma maneira específica de vê-la. Mais do que explicitar um ponto de vista, o articulista busca, portanto, modificar a visão de mundo do leitor, transformar seus valores, ou seja, influenciá-lo, em maior ou em menor grau, através de um processo de argumentação que exige constante sustentação da posição assumida (BRÄKLING, 2000).

Nessa perspectiva, o artigo de opinião é altamente argumentativo: projeta um ponto de vista em busca de adesão, conduz o outro numa determinada direção. De fato, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 4), o objetivo da argumentação é o estudo das técnicas que permitem “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”. Ora, a argumentação é utilizada em situações nas quais a verdade não é dada, mas alcançada por consenso, o que explica a possibilidade de um mesmo assunto ser sustentado em um determinado artigo de opinião e refutado em outro.

Em virtude dessa natureza polêmica da argumentação, que possibilita a manifestação de opiniões divergentes, o articulista lança mão de estratégias bastante variadas para chamar a atenção dos seus leitores. Além do uso de operadores argumentativos e articuladores textuais, que orientam a sequência do

discurso e indicam relações de causa, consequência, condição (BRÄKLING, 2000); é muito comum o uso da argumentação pelo exemplo, do raciocínio por analogia, de argumentos de autoridade, de argumentos de comparação, de figuras como a alusão, entre outros mecanismos que possam atuar em benefício da construção e manutenção da persuasão. Dessa forma, a estrutura composicional do artigo de opinião pode variar, isto é, não terá, necessariamente, que apresentar uma estrutura canônica: tese, argumento, contra-argumento e conclusão (BRÄKLING, 2000).

Por estar orientado para o universo da comunicação jornalística, o conteúdo temático do artigo de opinião costuma ser bastante diversificado. Geralmente, refere-se a fatos de ordem política, econômica, social, científica e cultural que foram objeto de notícia. A respeito disso, Rodrigues (2005, p. 174) afirma que os temas de um artigo de opinião sempre se encontram “na articulação entre a apreciação dos acontecimentos sociais e a questão do angulamento da autoria”. Em outros termos, no gênero em questão importa mais a posição do articulista do que os acontecimentos sociais em si. De fato, um leitor de artigo de opinião não busca apenas informações acerca de determinado acontecimento (até porque ele teria que recorrer a gêneros como a notícia e a reportagem para atender a uma necessidade desse tipo), mas a sua apreciação por parte de um especialista ou, pelo menos, entendido no assunto.

Uma vez reconhecido como autoridade no assunto, o articulista assume a posição de articulador de um ponto de vista, de formador de opinião (RODRIGUES, 2005). Ele é visto como um sujeito altamente competente para dizer o que diz e da forma como diz. Seu posicionamento se constitui em tema de interesse do público geral ou de determinado segmento sociedade e é endossado pela empresa jornalística que o veicula. Desse modo, ainda que esteja sempre diante de um assunto controverso, o articulista se beneficia de uma posição bastante cômoda. Além de ter seu discurso autorizado por uma mídia, ele ainda pode contar com a credibilidade assentada no seu reconhecimento social ou profissional.

Por sua vez, os leitores do artigo de opinião são pessoas, em geral, de classes sociais mais elitizadas, que buscam o posicionamento de uma pessoa pública sobre

um acontecimento social, seja porque esse acontecimento as afeta diretamente, seja porque elas se interessam pela discussão dos assuntos em pauta na sociedade. Por esse motivo, o artigo de opinião acaba construindo uma “relação assimétrica” entre alguém que está autorizado institucionalmente a emitir o seu ponto de vista, o autor, e alguém que, desprovido dessa garantia institucional, busca uma interpretação supostamente mais segura, o leitor (RODRIGUES, 2005).

No que diz respeito à relação entre autor e leitor do gênero em questão, ainda é preciso ressaltar o trabalho de mediação exercido pela esfera jornalística (RODRIGUES, 2005). No processo de produção, circulação e recepção do artigo de opinião, é a empresa jornalística que filtra, interpreta e coloca em evidência os diversos fatos, acontecimentos e opiniões. Dessa forma, um artigo de opinião não integra uma mídia de qualquer maneira: antes de sua publicação, ele passa por uma leitura e aprovação prévia. Nesse quadro, a própria empresa jornalística acaba funcionando como um leitor interposto entre o autor e seus interlocutores.

4.3 O gênero e-mail

Desde o seu surgimento, ocorrido no início da década de 1970, o e-mail tem facilitado a prática de troca de correspondências no mundo inteiro. De fato, houve um tempo em que a transmissão de mensagens era um processo que demandava muito mais tempo e esforço e que se restringia a um grupo de privilegiados. É o que observou Paiva (2004) com base nas informações sobre a história do correio postal disponíveis na *homepage* do correio belga.

A invenção do e-mail, creditada a Ray Tomlinson, data de 1971. Na época, Tomlinson era engenheiro da BBN, empresa norte-americana contratada pelo Departamento de Defesa dos EUA para desenvolver o ARPANET³ (Advanced Research Projects Agency Network). Com base em aplicativos já usados pela BBN para o compartilhamento de arquivos, Tomlinson desenvolveu um software, chamado SNDMSG, que permitia a transferência de arquivos junto com pequenas

³ Rede de computadores criada pelos militares norte-americanos que, no futuro, daria origem à internet.

mensagens de texto. Após realizar alguns testes e constatar que seu programa funcionava, enviou mensagens aos colegas do projeto para falar a respeito do invento e explicar o sistema que havia criado para identificar os destinatários das mensagens (CAMPBELL, 1998 apud PAIVA, 2004).

Entre as décadas de 1970 e 1980, o uso do e-mail ainda estava bastante concentrado nas áreas militar e acadêmica dos Estados Unidos. Sua popularização se deu a partir do desenvolvimento da World Wide Web, por Tim Bernes-Lee em 1990. Desde então, usuários do mundo inteiro vêm se aproveitando da comodidade de trocar mensagens através do correio eletrônico. Na realidade, por apresentar algumas vantagens, como a velocidade na transmissão das mensagens, o custo relativamente baixo e a possibilidade de anexar arquivos de formatos diversos às mensagens; em muitas situações, o e-mail já substitui o uso do correio tradicional.

Até agora, usamos o termo e-mail para referirmos tanto ao correio eletrônico quanto à mensagem eletrônica, o que pode gerar uma certa confusão se não levarmos em conta os conceitos de suporte e de gêneros textuais. Na condição de suporte, o e-mail é usado para fazer referência ao correio eletrônico. Nesse caso, ele se presta a veicular os mais variados gêneros textuais: certificados, currículos, formulários, propagandas, projetos, relatórios, entre outros. Entendido como gênero, trata-se de um escrito epistolar que surgiu em decorrência das práticas sociais relacionadas à tecnologia da informação: “o meio de transmissão de mensagens eletrônicas e-mail gerou um novo gênero textual, também denominado e-mail, que se distingue dos demais textos (anúncios, cartas, etc) também transmitidos eletronicamente” (PAIVA, 2004).

Enfim, enquanto mensagem eletrônica, o e-mail é

um gênero eletrônico escrito, com características típicas de memorando, bilhete, carta, conversa face a face e telefônica, cuja representação adquire ora a forma de monólogo ora de diálogo e que se distingue de outros tipos de mensagens devido a características bastante peculiares de seu meio de transmissão, em especial a velocidade e a assincronia na comunidade entre usuários de computadores (PAIVA, 2004, p. 77).

Conforme Crystal (2001), as características como a estrutura da tela, a saudação, o fechamento, o tamanho da mensagem, as estratégias dialógicas e seu emolduramento são elementos centrais na identificação do e-mail. É muito comum, por exemplo, que o corpo do e-mail venha precedido da saudação e sucedido do fechamento e da assinatura. Além do mais, como o e-mail pode tratar de assuntos diversos (pessoais, comerciais, jurídicos, etc.), seu conteúdo temático é bastante variado, o que interfere também no seu estilo, podendo tender para a formalidade ou para a informalidade.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, expomos os aspectos metodológicos desta pesquisa. Primeiramente, apresentamos o percurso realizado para a constituição do *corpus* e, em seguida, buscamos contextualizá-lo, tecendo algumas considerações sobre os acontecimentos que deram origem aos artigos de opinião. Também discorreremos sobre dados relacionados à *Folha de S. Paulo* e aos seus leitores e, ainda, sobre o jornalista Elio Gaspari.

5.1 Constituição do *corpus*: seleção e delimitação

Os textos que compõem o *corpus* deste estudo são de autoria de Elio Gaspari e circulam, principalmente, nas versões impressa e on-line do jornal *Folha de S. Paulo*. Eles foram adquiridos após contato e negociação com a *Folhapress*, serviço que comercializa textos, colunas, ilustrações e infográficos a partir do conteúdo editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, do jornal *Agora* e outros.

O primeiro momento da constituição desse *corpus* compreende sessenta artigos de opinião publicados durante o período que vai de março de 2002 a março de 2013. Cabe ressaltar que, conforme informações fornecidas pela *Folhapress*, o jornalista Elio Gaspari publicou seu primeiro artigo de opinião na *Folha de S. Paulo* no dia 03 de novembro de 1996. Até março de 2013, sessenta artigos apresentaram características de e-mail, sendo que o primeiro desse seguimento foi publicado em março de 2002. Vejamos esse primeiro momento de constituição do *corpus* no quadro abaixo:

Quadro 2 – Primeiro momento de constituição do *corpus*

NÚMERO	DATA	TEXTOS
1	13/03/2002	Mensagem de jk@peixe vivo.gov para FFHH
2	24/07/2002	Mensagem de vargas.edu.br para FFHH
3	31/07/2002	De geisel@gritodoipiranga.edu.br para FH
4	30/10/2002	De roosevelt@edu para lula@gov.br
5	22/06/2003	Para Dirceu, de golbery@entulho.org

6	30/07/2003	De luciopetit@araguaia.edu para José Genoio
7	03/09/2003	De JK@peixe vivo.edu para Lula
8	15/10/2003	De ítalo.zappa@org para Lula
9	31/12/2003	De jk@turmaboa.edu para Lula
10	17/03/2004	De santiagodantas@edu para fhc@org.br
11	14/04/2004	De Castellobranco@edu para Lula@org.br
12	24/11/2004	De Figueiredo@edu para Lula@org
13	08/12/2004	De Golbery@edu para ZéDirceu@gov.br
14	08/06/2005	De: Celsodaniel@pt.org Para: Lula@mundo.gov CC: José Dirceu [...]
15	06/07/2005	De MarioCovas@edu para FHC@psdb.org
16	24/08/2005	De Tancredo@edu para Lula@com.br
17	31/08/2005	De JorgeAmado@edu para JeanyMaryCorner@com.br
18	05/04/2006	De SeabraFagundes@edu para ThomazBastos@gov.br
19	13/09/2006	De amador.aguiar@bradesco para marcio@febraban.com
20	10/12/2006	De Dr.Antunes@com.br para RogerAgnelli@gov.br
21	24/12/2006	De Rolim@TAM.com para Constantino@Gol.com
22	21/01/2007	De Odebrecht.edu para Odebrecht.com
23	11/02/2007	De Wriston@citi.edu para Setúbal@itau.com
24	11/03/2007	De CarlosLacerda@edu para JoséSerra@gov
25	18/07/2007	De JJSilvaXavier@org para AécioNeves@gov
26	15/08/2007	De Stalin@edu para TarsoGenro@gov
27	19/12/2007	De Teixeira Coelho@gov para Lula@org
28	02/01/2008	De Chatô@com para AdibJatene@org
29	09/04/2008	De DarcyRibeiro@org para Mulholland@com
30	21/05/2008	De PedroSegundo@edu para Lula@org.br
31	18/06/2008	De Tropa.de.Elite@edu para GeneralEnzo.gov
32	27/07/2008	De SérgioMotta@org para Lula@gov
33	31/08/2008	De henri.nestlé@edu para ivan.zurita@com
34	03/12/2008	De J.P.Morgan@com para Meirelles@gov.br
35	31/12/2008	De John.Kennedy@gov para Obama@org
36	25/03/2009	De Abreu.e.Lima@edu para Lula@gov
37	01/07/2009	De JohnKennedy@com para Obama@gov
38	26/07/2009	De AntonioGallotti@edu para D.Rousseff@gov
39	05/08/2009	De A.Arinos@edu para Sarney@gov
40	28/10/2009	De Frances.Perkins@org para D.Rousseff@gov
41	29/11/2009	De ernesto.geisel@edu para lula@gov
42	09/12/2009	De W.Rehnquist@edu para J.Barbosa@gov
43	30/12/2009	De obama@gov para dilma.e.serra@org
44	17/02/2010	De Aristide.Briand@edu para José.Serra@gov
45	10/03/2010	De Edwin.Morgan@edu para T.Shannon@gov
46	07/04/2010	De Cazemiro@edu para Demóstenes.Torres@gov
47	28/07/2010	De Lyndon.Johnson@edu para Obama@gov
48	08/12/2010	De P.Bevilaqua@org para Dilma@gov
49	29/12/2010	De Roosevelt@edu para Lula@gov
50	02/03/2011	De rui.barbosa@edu para dilma@gov
51	20/03/2011	De eisenhower@edu para obama@gov
52	24/04/2011	De Wallis.de.Windsor@edu para Kate@org
53	05/06/2011	De CelsoFurtado@org para Palocci@com
54	26/10/2011	De Steve.Jobs@com para Dilma@gov
55	11/12/2011	De Lota@edu para Eike.Batista@com

56	25/12/2011	De Louis.Brandeis@edu para Peluso@org
57	27/05/2012	De Alpoim@edu para Graça.Foster@gov
58	25/07/2012	De SaddamHussein@org para Dilma@gov
59	12/12/2012	De Obama@org para Dilma@gov
60	06/03/2013	De Lacerda.edu para EduardoPaes.gov

A partir da observação dessa primeira amostra, atestamos, como dado de partida, a predominância de temas relacionados à política e à economia. A maioria das personalidades mobilizadas nos artigos tem em comum o exercício de um cargo político, especialmente cargos de ministros de Estado e de presidente da República.

Sabendo-se que os textos simulam trocas de e-mails entre figuras renomadas, ao iniciarmos o processo de delimitação do *corpus*, constatamos uma certa recorrência, tanto na condição de remetente quanto na condição de destinatário, de determinadas personalidades. Entre as que mais figuram como remetentes estão Juscelino Kubitschek, Barak Obama, Ernesto Geisel e Franklin Roosevelt. Já as que mais figuram como destinatários são Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Fernando Henrique Cardoso, Barak Obama e José Serra. É o que mostram os quadros seguintes:

Quadro 3 – Recorrência de remetentes

REMETENTE	RECORRÊNCIA
Juscelino Kubitschek	3
Barack Obama	2
Ernesto Geisel	2
Franklin Roosevelt	2

Quadro 4 – Recorrência de destinatários

DESTINATÁRIOS	RECORRÊNCIA
Luiz Inácio Lula da Silva	14
Dilma Rousseff (presidente)	5
Fernando Henrique Cardoso	5
Barack Obama	4
Dilma Rousseff (ministra)	3
José Serra	3

Essa reincidência de personalidades, enquanto remetentes ou destinatários dos hipotéticos e-mails, chamou-nos a atenção para um outro fato: as supostas

interações são travadas principalmente entre figuras relacionadas ao cargo presidente, seja porque já exerceram o cargo no passado, seja porque exerciam o cargo na época em que os textos foram publicados. Assim, apresentamos os seguintes dados:

- i. 17 textos estabelecem interação entre presidentes em geral;
- ii. 09 textos estabelecem interação entre presidentes do Brasil apenas;
- iii. 04 textos estabelecem interação entre presidentes de outros países e presidentes do Brasil;
- iv. 04 textos estabelecem interação entre presidentes de outros países apenas.

Para o empreendimento das análises, selecionamos aqueles que sugerem trocas de e-mail entre presidentes do Brasil. É com base nesse recorte que pretendemos analisar como Elio Gaspari constrói diferentes *ethé* em seus artigos de opinião estruturados a partir do processo intergenérico. Resta esclarecer que, devido ao fato de haver dois textos em que “JK” figura entre os que enviam e-mails para “Lula” (*De JK@peixe vivo.edu para Lula* e *De jk@turmaboa.edu para Lula*), optamos por trabalhar com apenas um deles (*De JK@peixe vivo.edu para Lula*). Desse modo, nosso *corpus* de análise é constituído por oito artigos de opinião intergenéricos. O quadro abaixo permite visualizar, de modo mais claro, as personalidades com as quais trabalharemos:

Quadro 5 – Figuras políticas

E-MAILS	REMETENTE	DESTINATÁRIO
Mensagem de jk@peixe vivo.gov para FFHH Mensagem de vargas.edu.br para FFHH De geisel@gritodoipiranga.edu.br para FH	Juscelino Kubitschek Getúlio Vargas Ernesto Geisel	FHC
De JK@peixe vivo.edu para Lula De Castello Branco@edu para Lula@org.br De Figueiredo@edu para Lula@org De De Tancredo@edu para Lula@com.br Ernesto.geisel@edu para lula@gov	Juscelino Kubitschek Castello Branco João Figueiredo ⁴ Tancredo Neves Ernesto Geisel	LULA

⁴ João Figueiredo escreve em nome do G5 (Grupo dos Cinco): João Figueiredo, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Castello Branco e Ernesto Geisel.

5.2 Contextualização do *corpus*

Para contextualizarmos o *corpus* de análise, levamos em conta notícias veiculadas pelos principais jornais, revistas e portais de notícia do Brasil. Embora saibamos que os acontecimentos são tratados de formas diferentes dependendo da mídia na qual são veiculados, o que nos interessa, aqui, é fornecer uma visão geral acerca dos eventos que, de certo modo, contribuíram para dar origem aos artigos de opinião (Por exemplo: Fernando Henrique Cardoso criticou o FMI durante um encontro do BID ocorrido em 2002; Anne Krueger visitou o Brasil em 2002; O'Neill faz declarações polêmicas em relação aos países da América Latina; entre outros acontecimentos).

Para facilitar a identificação dos textos do *corpus*, enumeramos cada um deles com base na ordem em que foram publicados:

- **Texto 1:** Mensagem de jk@peixe vivo.gov para FFHH (13/03/2002)
- **Texto 2:** Mensagem de vargas.edu.br para FFHH (24/07/2002)
- **Texto 3:** De geisel@gritodoipiranga.edu.br para FH (31/07/2002)
- **Texto 4:** De JK@peixe vivo.edu para Lula (03/09/2003)
- **Texto 5:** De Castello Branco@edu para Lula@org.br (14/04/2004)
- **Texto 6:** De Figueiredo@edu para Lula@org (24/11/2004)
- **Texto 7:** De De Tancredo@edu para Lula@com.br (24/08/2005)
- **Texto 8:** Ernesto.geisel@edu para lula@gov (29/11/2009)

O texto 1 (ANEXO A) discorre sobre as críticas feitas por Fernando Henrique Cardoso ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e ao governo dos Estados Unidos, durante um encontro do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), ocorrido em Fortaleza no dia 11 de março de 2002. Segundo o portal de notícias G1, e os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, Fernando Henrique Cardoso reclamou da falta de resposta da instituição aos pedidos de mudança de certas regras contábeis internacionais feitos pelo governo brasileiro. Na presença de funcionários do FMI e do governo americano, Fernando Henrique criticou o critério adotado pela instituição para o cálculo do déficit público nos países da América Latina, uma vez que é diferente daquele adotado em países europeus. Fernando

Henrique Cardoso ainda afirmou que o FMI trata os latino-americanos como analfabetos, acusando a instituição de congelar a possibilidade de financiar o desenvolvimento através de manobras meramente contábeis.

O texto 2 (ANEXO B) aproveita a ocasião da visita de Anne Krueger ao Brasil, feita no final de julho de 2002, para discutir questões relacionadas à política de privatizações do governo de Fernando Henrique Cardoso. A visita repercutiu, entre outros, nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O estado de S. Paulo*. Ane Krueger, que na época era vice-diretora-gerente do FMI, negou ter vindo ao Brasil para tratar de um acordo de transição de governo e disse que as conversas com Fernando Henrique Cardoso e Pedro Malan foram voltadas para temas internacionais, como a crise nas Bolsas de Valores e a recuperação das economias americana e mundial.

O texto 3 (ANEXO C) versa sobre o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso após declarações polêmicas feitas por Paul O'Neill. Conforme noticiado no jornal *Folha de S. Paulo* e no portal de notícias G1, Paul O'Neill, que na época era secretário do Tesouro americano, disse que não poderia dar ajuda financeira a países da América Latina, entre eles o Brasil, porque o dinheiro iria "parar na suíça". Ao tomar ciência das declarações, Fernando Henrique Cardoso convocou a embaixada dos Estados Unidos no Brasil para pedir explicações e afirmou que, caso não houvesse retratação, não haveria clima para receber Paul O'Neill no Brasil.

O texto 4 (ANEXO D) se ocupa da postura de Luiz Inácio Lula da Silva diante da oposição e da reforma ministerial anunciada desde meados de 2003 e realizada no início de 2004. Já em agosto de 2003, por exemplo, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, os ministros e assessores do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva consideravam a reforma fundamental para a produção de melhores resultados em 2004 e para inaugurar a "segunda fase" do governo Lula.

O texto 5 (ANEXO E) se refere às discussões sobre o envio das Forças Armadas ao Rio de Janeiro por causa dos conflitos entre traficantes de drogas no morro da Rocinha. De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, além do repasse de R\$ 9 milhões, o governo admitiu a possibilidade de enviar tropas das

Formas Armadas ao Rio, caso fosse necessário. O então ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos também admitiu o envio das Forças Armadas para garantir a “Manutenção da ordem pública”. A decretação de estado de defesa, medida que suspende algumas garantias individuais do cidadão, também foi cogitada.

O texto 6 (ANEXO F) aborda, dentre outros assuntos, as críticas que vinham sendo feitas à política econômica de Antônio Palocci no final de 2004. Sobre isso, os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que, contrariado com as críticas à política econômica, Luiz Inácio Lula da Silva defendeu de forma veemente a gestão de Antônio Palocci. As críticas teriam sido feitas pela própria cúpula do PT, durante uma reunião do Diretório Nacional do partido. Na época, Marta Suplicy também responsabilizou parcialmente a política econômica pela derrota sofrida diante de José Serra nas eleições municipais de São Paulo.

O texto 7 (ANEXO G) discute, dentre outros assuntos, as dúvidas geradas em torno da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, em junho de 2005, Lula enfatizava que ainda não havia tomado uma decisão sobre seu futuro político, isto é, ainda não sabia se seria candidato à reeleição no ano de 2006 e até cogitava lançar Antônio Palocci. Cabe ressaltar que 2005 foi um ano bastante turbulento para o PT, já que ficou marcado pelas denúncias do esquema do mensalão.

O texto 8 (ANEXO H) aborda a questão da banda larga no Brasil. De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, em reunião no dia 24 de novembro de 2009, embora não tenha aprovado o Plano Nacional de Banda Larga, o governo definiu algumas diretrizes gerais. Na época, o tema gerou algumas divergências. Por um lado, assessores diretos do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministério do Planejamento defendiam uma maior participação estatal. Nesse caso, o Estado iria interferir diretamente no mercado como regulador e fomentar a concorrência. Por outro lado, o Ministério das Comunicações junto com empresas do setor defendiam um modelo no qual as próprias operadoras passariam a oferecer o serviço em regiões economicamente viáveis.

5.3 O jornal *Folha de S. Paulo* e seus leitores

As informações que apresentamos neste item sobre o jornal *Folha de S. Paulo* foram obtidas por meio de um acesso ao site *Folha de S. Paulo* (<http://www.folha.uol.com.br>), realizado no dia 25 de agosto de 2014.

A *Folha de S. Paulo* é um jornal que integra o *Grupo Folha*, um dos principais conglomerados de mídia do Brasil. A história do *Grupo Folha* tem início em 1921 com a fundação, em São Paulo, do jornal *Folha da Noite*, seguido dos títulos *Folha da Manhã* (1925) e *Folha da Tarde* (1949). Em 1960, os três jornais se fundiram, dando origem ao jornal *Folha de S. Paulo*.

Desde 1980, a *Folha de S. Paulo* é o jornal de maior triagem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral. Segundo a *Folha*, sua linha editorial é pautada por um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. Em matéria veiculada no dia 19 de fevereiro de 2014 (O que a Folha pensa), a *Folha de S. Paulo* apresenta seu posicionamento sobre diversos temas: manifestações, aborto, economia, educação, política, cotas, entre outros. Uma vez que são relevantes para este trabalho, reproduzimos, abaixo, as posições da *Folha* sobre política e economia:

Figura 2 – Posicionamento da *Folha de S. Paulo* sobre política

POLÍTICA

O jornal defende mecanismos que aumentem a **transparência** e a **fiscalização** por parte da sociedade. Os exemplos recentes de maior impacto foram a **Lei de Acesso à Informação** e o fim do **voto secreto** no Congresso. No que respeita à necessidade de uma **reforma**, persiste a contínua pela melhoria da cultura política tende a ser mais efetiva que propostas mágicas. No passado, o parlamentarismo foi apoiado, mas não está mais em pauta. Os pontos hoje endossados são, entre outros:

>> Adoção de voto distrital misto com lista aberta (sistema existente na Alemanha, no qual o eleitor faz duas escolhas: a de uma legenda e a de um candidato individual, em distritos específicos)

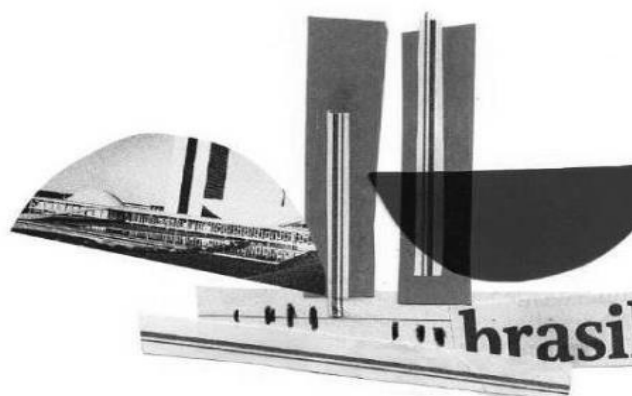
>> Cláusula de desempenho (mecanismo que outorga tempo de TV e fundo partidário apenas a siglas com representatividade significativa no Congresso)

>> Voto facultativo

>> Correção da distorção entre as bancadas na Câmara dos Deputados (atualmente, parlamentares de Estados menores representam menos eleitores que os de Estados maiores)

>> Prestação de contas de campanha em tempo real, na internet

>> Estabelecimento de teto em valores absolutos para doações de pessoas físicas e jurídicas, que devem ser admitidas



Fonte: O que pensa a *Folha de S. Paulo*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 fev. 2014. Poder, p. 11.

Figura 3 – Posicionamento da *Folha de S. Paulo* sobre economia

ECONOMIA

O país precisa crescer de forma equilibrada, tornando-se menos suscetível a turbulências internacionais e buscando assegurar a todos os brasileiros os benefícios do desenvolvimento. Ajustes necessários, ainda que pouco populares, devem ser feitos o quanto antes e de forma paulatina, a fim de que a população não seja submetida a choques. É crucial, além disso, que o ambiente de negócios funcione sob regras simples e previsíveis. Entre outras, as seguintes ações devem ser adotadas:

- >> Reduzir o gasto público como proporção do PIB
- >> Reduzir a dívida pública
- >> Perseguir inflação baixa e reduzir meta oficial no médio prazo

>> Reduzir e reformar progressivamente a carga tributária, tornando o sistema mais simples, ágil e justo

>> Aumentar a parcela do gasto público com investimentos na infraestrutura

>> Direcionar a política industrial para inovação e tecnologia

>> Aumentar eficiência do serviço público

>> Reformar a Previdência, o que implica, entre outras medidas, aumentar a idade da aposentadoria conforme a população fique mais longa

>> Conceder mais serviços públicos à iniciativa privada

>> Fortalecer as agências reguladoras

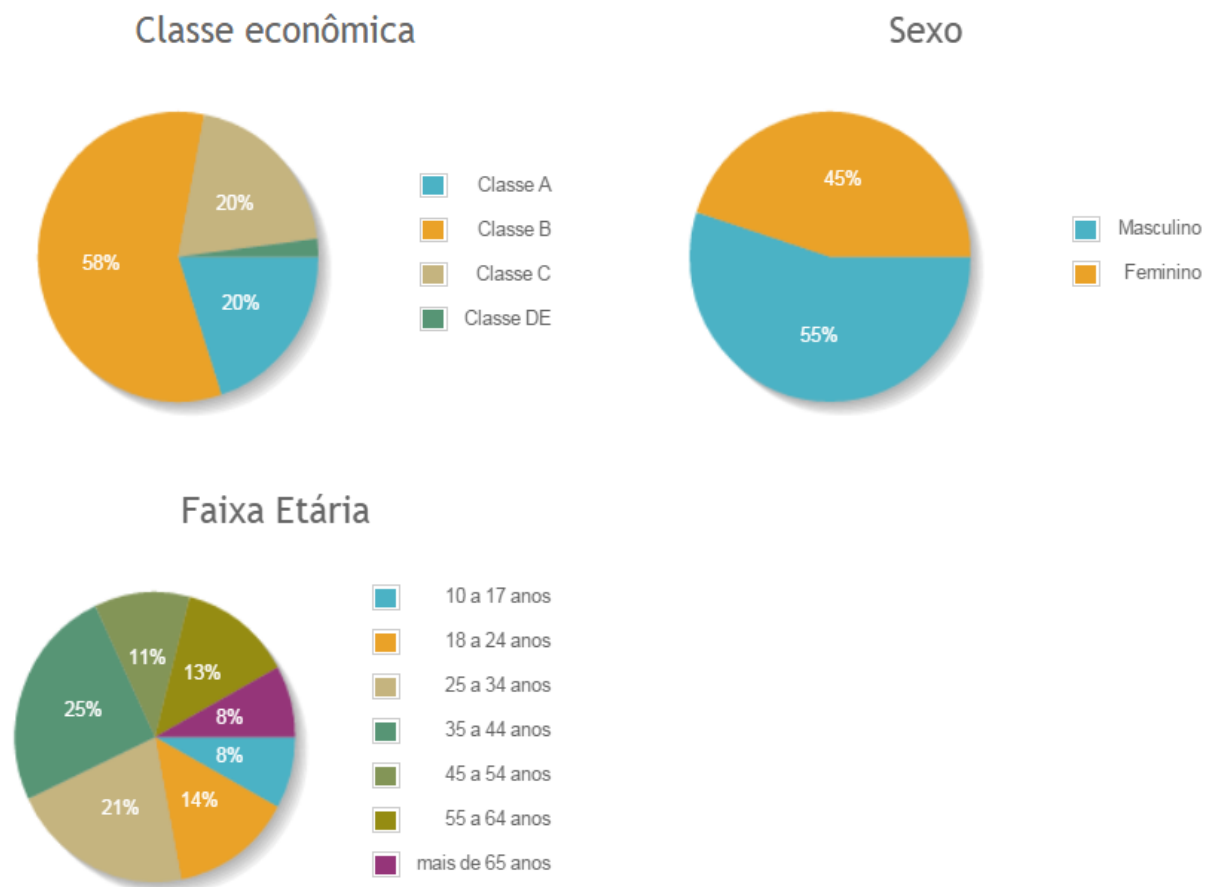
>> Acabar com a guerra fiscal entre os Estados



Fonte: O que pensa a Folha de S. Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 fev. 2014. Poder, p. 11.

Quanto aos leitores da *Folha de S. Paulo*, apresentamos os resultados da última pesquisa *Perfil do Leitor*, realizada pelo instituto *Ipsos Marplan* no primeiro trimestre de 2014. Considerando o período de realização da pesquisa, admitimos que os dados podem não corresponder ao perfil dos leitores dos textos que compõem nosso *corpus*, já que eles foram publicados entre 2002 e 2009. Contudo, usaremos esses dados porque eles nos oferecem uma visão geral acerca do leitor da *Folha de S. Paulo*, portanto, do auditório de Elio Gaspari, já que ele ainda escreve regularmente (domingos e quartas-feiras) para o jornal em questão.

No 1º trimestre de 2014, a *Folha de São Paulo* contava com 2.023.000 leitores em todo o território nacional. Conforme podemos observar nos gráficos abaixo, a maioria desses leitores pertence à classe B e tem entre 25 a 44 anos. O percentual de leitores masculinos e femininos é aproximado, embora o público masculino constitua a maioria.

Figura 4 – Perfil dos leitores da *Folha de S. Paulo*

Fonte: Ipsos Marplan- Estudos EGM - 1º Trimestre de 2014 - Leitores da Folha de S.Paulo - Nacional

Outro dado relevante para a compreensão desse leitor da *Folha de São Paulo* diz respeito aos assuntos pelos quais ele se interessa. Vejamos:

Quadro 6 – Temas pelos quais o leitor da *Folha* se interessa

Assuntos de interesse	Percentual
Atualidades/noticiário do momento	85%
Finanças pessoais/orçamento familiar	63%
Política internacional	49%
Política nacional	58%
Psicologia/comportamento	50%

Fonte: Ipsos Marplan- Estudos EGM - 1º Trimestre de 2014 - Leitores da Folha de S.Paulo - Nacional

Com base nos dados apresentados, podemos afirmar que o auditório de Elio Gaspari é constituído de jovens e adultos de classe mais privilegiada, inteirados dos acontecimentos atuais e interessados em questões políticas e econômicas.

5.4 Considerações sobre Elio Gaspari

As considerações sobre Elio Gaspari que fazemos neste item foram extraídas do site *Arquivos da Ditadura* (<http://arquivosdeditadura.com.br>), site em que o jornalista disponibiliza os documentos que reuniu durante anos para escrever seus livros sobre o governo militar no Brasil.

Elio Gaspari nasceu em Nápoles, na Itália, em 1944, e chegou ao Brasil com cinco anos de idade, estabelecendo-se no Rio de Janeiro. Em 1962, iniciou sua carreira jornalística no semanário *Novos Rumos*, jornal editado pelo Partido Comunista Brasileiro e fechado em 1964. Depois, foi auxiliar do colunista social Ibrahim Sued e passou pelas redações de *Diário de São Paulo*, revista *Veja* e *Jornal do Brasil*. Retornou à revista *Veja* em 1979, onde foi editor adjunto e correspondente em Nova York. Desde novembro de 1996, é colunista da *Folha de S. Paulo*, onde escreve às quartas-feiras e aos domingos. Seus artigos são distribuídos para diversos jornais do país.

Além de simular trocas de e-mail entre personalidades conhecidas, Elio Gaspari também criou personagens como Madame Natasha (professora de português que condena a tortura do idioma e vive concedendo bolsas de estudo àqueles que se expressam de modo empolado) e Eremildo⁵, o idiota (sátira aos que usam indevidamente o dinheiro público).

Entre 2002 e 2004 lançou quatro livros sobre a ditadura no Brasil. A série foi dividida em duas partes: *As ilusões armadas* (*A ditadura envergonhada* e *A ditadura escancarada*), coleção que recebeu o prêmio de melhor ensaio da Academia Brasileira de Letras em 2003, e *O sacerdote e o feiticeiro* (*A ditadura derrotada* e *A ditadura encurralada*). Conforme consta no site consultado, Elio Gaspari prepara, no momento, o quinto e último volume de suas obras sobre a ditadura militar.

⁵ Em relação a Eremildo, o idiota, cabe ressaltar que, segundo consta no site *Portal dos Jornalistas* (<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=9553>), Elio Gaspari foi expulso da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi/RJ), onde cursava História, por razões políticas e por iniciativa do diretor Eremildo Luiz Vianna.

Em 2012, Elio Gaspari ganhou o *Prêmio Comunique-se*, na categoria Colunista de Opinião/Articulista. Em 2014, foi homenageado na nona edição do *Congresso de Jornalismo Investigativo da Abraji* (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) por sua contribuição ao jornalismo brasileiro. Na ocasião, foi exibido um curto documentário sobre sua carreira, documentário que está disponível no canal da *Abraji* (YouTube)⁶.

⁶ <http://www.youtube.com/watch?v=yhRzogV3nuk>

6 A CONSTRUÇÃO DE *ETHÉ* EM ARTIGOS DE OPINIÃO INTERGENÉRICOS DE ELIO GASPARI

Neste capítulo, buscamos analisar como, por meio da utilização de recursos retóricos e humorísticos, Elio Gaspari constrói *ethé* de figuras expressivas da política brasileira. Para tanto, tomamos, como ponto de partida, as observações de Meyer (2007), quando afirma que não podemos mais identificar pura e simplesmente o *ethos* ao orador, e Ferreira (2010), que chama a atenção para a possibilidade de um orador construir, sobretudo, o *ethos* de outras personagens.

Nesses casos, isto é, quando encontramos oradores que constroem, acima de tudo, o *ethos* de outrem, a sugestão de Ferreira (2010) é que o analista ressalte a função do orador, isto é, diga se ele é um jornalista, um político, um publicitário, e, em seguida, analise o *ethos* alheio que se instaura no interior do discurso. Seguindo essa orientação, passemos à análise desse *ethos* alheio, tendo em vista que as informações sobre o orador já foram levantadas no item 5.4, *Considerações sobre Elio Gaspari*.

6.1 Constituição de *ethé* das personalidades políticas

Como mostra o item 5.2, *Contextualização do corpus*, os textos que compõem o *corpus* deste estudo abordam temas relacionados à política brasileira e foram publicados no jornal *Folha de S. Paulo* entre março de 2002 e novembro de 2009. Nos textos, Elio Gaspari direciona críticas tanto ao governo de Fernando Henrique Cardoso (governo FHC) quanto ao de Luiz Inácio Lula da Silva (governo Lula).

Os artigos publicados durante o governo FHC (Mensagem de jk@peixeverso.gov para FFHH, Mensagem de vargas.edu.br para FFHH e De geisel@gritodoipiranga.edu.br para FH) efetuam críticas à política de privatizações, aos acordos com o FMI e à abertura da economia brasileira. Já aqueles publicados durante o governo Lula (De JK@peixeverso.edu para Lula, Castello Branco@edu para Lula@org.br,

Figueiredo@edu para Lula@org, De Tancredo@edu para Lula e Ernesto.geisel@edu para lula@gov) realizam críticas ao loteamento de cargos públicos por meio de reformas ministeriais e à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva após denúncias do esquema de compra de votos de parlamentares conhecido como mensalão.

Considerando-se que todo ato retórico nasce de uma questão (de um problema que precisa ser resolvido), a que perpassa os textos em análise diz respeito, então, à maneira como Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva vinham governando o Brasil. O objeto de discussão dos textos é sempre uma decisão tomada pelos ex-presidentes, que, por não ser, na opinião do orador, a mais adequada, a mais conveniente, deve ser censurada.

Nesse caso, o gênero escolhido pelo orador foi o epidítico, já que, além do discurso que louva, exalta, elogia, esse gênero também compreende o discurso que censura e que desaprova vícios, desmandos e maus hábitos. Além do mais, Elio Gaspari versa sobre acontecimentos do presente, ou melhor, sobre temas que estavam em pauta no momento em que os textos foram escritos e que despertavam interesse na época. Com isso, o orador atribui ao auditório a tarefa de analisar seu discurso para decidir se concorda ou não com ele.

Entretanto, conforme já mencionado, um mesmo ato retórico pode apresentar traços de dois ou dos três gêneros, sendo que, geralmente, um deles predomina. Assim, é possível, ainda, encontrar traços dos gêneros deliberativo e judiciário nos textos. O gênero deliberativo pode ser visto quando o orador apresenta questões políticas que afetam a coletividade, quando questiona as decisões tomadas por Fernando Henrique Cardoso e por Luiz Inácio Lula da Silva. Quanto ao gênero judiciário, é possível percebê-lo quando o orador julga as ações dos ex-presidentes. Em ambos os casos, conforme demonstraremos mais adiante, o orador age de forma indireta, pois as deliberações e os julgamentos são feitos através dos políticos que mobiliza nos simulacros.

Considerando-se, portanto, que Elio Gaspari assume uma posição crítica em relação à política brasileira, é preciso entender de que modo sua crítica se constrói. Ora, sabemos que, nesse caso, os *ethé* das figuras políticas são fundamentais. Como, então, esses *ethé* são constituídos nos textos? Quais são os recursos retóricos e humorísticos utilizados para a construção desses *ethé*? Eles reforçam ou reformulam as representações prévias que o auditório possui a respeito das figuras políticas? Para respondermos a essas perguntas, atentemos, primeiramente, para algumas particularidades dos textos.

Como mostra o título de cada texto (*Mensagem de jk@peixe vivo.gov para FFHH, Mensagem de vargas.edu.br para FFHH...*), há uma simulação de interações entre políticos brasileiros, isto é, Elio Gaspari constrói simulacros em que se evidenciam trocas de e-mail entre personalidades políticas. Nesse sentido, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Castelo Branco, Figueiredo, Ernesto Geisel e Tancredo Neves enviam e-mails para Fernando Henrique Cardoso e para Luiz Inácio Lula da Silva com um objetivo bem definido: aconselhar, admoestar, advertir seus destinatários a respeito de seus mandatos.

Além da simulação de interações entre políticos, outro aspecto que chama a atenção nos textos é que as personagens que figuram como remetentes são ex-presidentes já falecidos. Com isso, o orador constrói situações absurdas que, ao quebrar as expectativas do auditório, ao produzir efeitos de surpresa e de estranhamento, geram o humor. Vejamos alguns exemplos, os quais designaremos pela letra **E**.

E-1 (Mensagem de jk@peixe vivo.gov para FFHH)

Aqui onde estamos, o cavaleiro de Villegagnon só me distingue porque o Di Cavalcanti disse a ele que eu pretendo comê-lo grelhado, à moda dos nossos patrícios aí das cercanias do Palácio do Catete, que almoçaram alguns franceses de seu grupo. O Sérgio Motta deu para elogiar as pernas do bispo Sardinha e ele sumiu por uns tempos. Ficou com medo de que as coma de novo.

[...]

Vou me despedindo porque o meu querido Geraldo (aquele motorista que morreu comigo e por quem tenho uma amizade que você mostrou-se raso para entender) arrumou uma serenata na casa da Chiquinha Gonzaga (GASPARI, 2002a).

E-2 (Mensagem de vargas.edu.br para FFHH)

Eu estava no seu gabinete quando o professor Stanley Fischer, vice-diretor administrativo do FMI, foi vê-lo, em janeiro de 1999. Às vezes esse estróina do Juscelino me leva a Brasília. Eu vou, mas busco um canto onde possa tomar meu mate. Aprecio o conforto dos sofás vermelhos de sua sala. Aliás, parecem-me do meu tempo, que o senhor chama de era Vargas. Ouvi quando Fischer lhe propôs a dolarização da economia de nossa pátria. Está agora na capital essa senhora, dona Anne Krueger. Tivemos a chilena da pasta preta, que trazia calçados para consertar porque por aí os artesãos trabalhavam de graça. Depois tivemos uma distinta italiana. Lembra-se de Teresa Ter-Minasian? Mulher audaciosa, usava vestido colorido em missão oficial.

[...]

Se o Juscelino for a Washington nesses dias, acompanho-o. Quero ouvir o que ela vai contar por lá (GASPARI, 2002b).

E-3 (De JK@peixe vivo.edu para Lula)

Outro dia, fiz uma aposta com o Jânio Quadros. Ele diz que, pelo estilo, o ilustre presidente haverá de se assemelhar a ele. Eu sustento que ficará parecido comigo. Se o Jânio ganhar, pago duas caixas de uísque. Se eu ganhar, ele me paga com dois frascos de colônia Davidoff, aquela que o Zózimo Barroso do Amaral usa. Ajude-me a ganhar essa aposta. O Jânio, com duas caixas de uísque, transformará isto aqui num inferno (GASPARI, 2003).

E-4 (De Figueiredo@edu para Lula@org)

Outro dia reunimos a turma que carregou a cruz que hoje está nas tuas costas. Falamos do teu governo e as coisas continuam mais ou menos no mesmo pé. O Getúlio diz que você se deixa escorchar pela banca e dá aos trabalhadores a impressão de que devemos retribuir a boa vontade dessa gente. A verdade é que ele nunca foi com tua cara. O mesmo não se pode dizer do Juscelino, encantado com a história do Lula. Ele descreve a tua vida como se fosse uma realização do governo dele (GASPARI, 2004b).

Os exemplos acima retratam o que seria a vida dos ex-presidentes após a morte. Nesse caso, eles participam de serenatas (E-1), viajam para qualquer lugar (E-2), fazem apostas (E-3), reúnem-se (E-4), enfim, envolvem-se nas mais variadas situações, as quais, não fosse o fato de já estarem mortos, seriam absolutamente normais e aceitáveis. As situações criadas nos textos contrariam, desse modo, o senso comum, escapam às condições estabelecidas, gerando humor pelo *script* do absurdo. Os textos selecionados são compatíveis com dois *scripts* opostos: um baseado no conhecimento prévio compartilhado pelo auditório de que os políticos em questão já faleceram, e outro baseado nas situações criadas por Elio Gaspari, que contrariam esse conhecimento.

Uma vez que são construções humorísticas, as situações criadas nos textos contribuem para sensibilizar o auditório e estabelecer, com ele, o acordo necessário para o sucesso da argumentação. De fato, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o humor é um elemento importante para conquistar o auditório, para firmar a comunhão entre orador e auditório. Assim, o que está em evidência, nessas situações absurdas, inusitadas, irreais, é o lado humorístico, agradável, estimulante do discurso (*delectare*), que ao, movimentar o *pathos* (*movere*), é capaz de dispor favoravelmente o auditório às teses do orador.

Feitas essas considerações iniciais, estamos, agora, em condições de responder às perguntas que propomos há pouco sobre a construção dos *ethé* dos políticos. Atentemos, pois, para isso.

6.1.1 Conselheiro

Para que o orador consolide o acordo que almeja firmar com o auditório e obtenha sucesso em sua argumentação, o *ethos* dos políticos que estão no papel de remetente é fundamental. Como já mencionado, os remetentes atuam como conselheiros, como políticos preocupados com as decisões tomadas pelos seus destinatários. Assim, o primeiro *ethos* que o orador constrói das figuras políticas é o de conselheiro. Vejamos:

E-5 (Mensagem de jk@peixe vivo.gov para FFHH)

Mantenha reserva, porque já tive dissabores suficientes em vida (GASPARI, 2002a).

E-6 (Mensagem de vargas.edu.br para FFHH)

Dispense-se de estimular a desnacionalização de nossa inteligência (GASPARI, 2002b).

E-7 (De geisel@gritodoipiranga.edu.br para FH)

Jogue duro, professor (GASPARI, 2002c).

E-8 (De JK@peixe vivo.edu para Lula)

Não entregue a alma ao seu adversário (GASPARI, 2003).

E-9 (De Figueiredo@edu para Lula@org)

Não loteie seu governo (GASPARI, 2004b).

E-10 (De Tancredo@edu para Lula@com.br)

Faça do doutor Antonio Palocci o seu candidato (GASPARI, 2005).

E-11 (De ernesto.geisel@edu para lula@gov)

Crie uma estatal, não se intimide (GASPARI, 2009).

Conforme mostram os exemplos acima (de E-5 a E-11), o *ethos* de conselheiro dos remetentes os faz parecer sinceros, ponderados e prudentes, o que provoca reações afetivas no auditório, como os sentimentos de confiança e segurança. Assim, a construção desse *ethos* está estritamente ligada ao êxito da argumentação: em qualquer ato retórico, é fundamental ganhar a credibilidade do auditório, pois, ainda que os argumentos a favor do justo e do verdadeiro tenham maior força persuasiva do que seus contrários, uma tese pode não ser aceita se o orador não inspirar confiança.

Dentre os recursos utilizados pelas personagens para realizar os aconselhamentos, as admoestações e as advertências, destaca-se o argumento de comparação. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a argumentação não poderia ir muito longe sem recorrer a comparações. A comparação toma elementos para avaliá-los um em relação ao outro. Ao cotejar realidades entre si, esses argumentos pressupõem a ideia de medida, mesmo que qualquer critério para realizar efetivamente a medição esteja ausente. As comparações podem realizar-se por oposição, por ordenamento e por ordenação quantitativa. Vejamos:

E-12 (Mensagem de vargas.edu.br para FFHH)

Em maio passado as remessas de lucros para o exterior ficaram em US\$ 728 milhões. Eu desconfio que esse numerário equivale aos US\$ 90 milhões remetidos anualmente no início de meu governo (GASPARI, 2002b).

E-13 (De geisel@gritodoipiranga.edu.br para FH)

O senhor é mais que o O\$Neill. É presidente do Brasil, esteve em Princeton, é doutor por Stanford e tem um convite para lecionar em Harvard. Ele tirou o mestrado a Universidade de Indiana (GASPARI, 2002c).

E-14 (De Tancredo@edu para Lula@com.br)

Ao contrário do que sucedeu ao doutor Getúlio em 1954 e até ao Jango em 1964, a porta da direita está à sua disposição, generosa e grata. Tome-a, porque a da esquerda finou-se (GASPARI, 2005).

Em E-12, Getúlio Vargas adverte o então presidente Fernando Henrique Cardoso sobre os riscos das privatizações. Nesse caso, comparam-se as remessas de lucros enviadas para o exterior no governo FHC e no governo Vargas. Enquanto no governo FHC essas remessas somaram U\$\$ 728 milhões em maio de 2002; no início do governo Vargas, o equivalente a esse valor, U\$\$ 90 milhões, foi remetido anualmente, o que evidencia o aspecto negativo do programa de privatizações realizado no mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Em E-13, Geisel aconselha Fernando Henrique Cardoso a não receber Paul O'Neill no Brasil. Os elementos cotejados, nesse caso, são FHC e Paul O'Neill: enquanto FHC é presidente, O'Neill é secretário do Tesouro; enquanto FHC é doutor por Stanford e tem convite para lecionar em Harvard, O'Neill tirou o mestrado a Universidade de Indiana. Assim, por ser superior a Paul O'Neill, Fernando Henrique Cardoso não deveria recebê-lo nem deixa-lo interferir nos assuntos do Brasil.

Em E-14, Tancredo aconselha Lula a desistir da reeleição em 2006, tendo em vista o “fim de sua lenda” e a “dissolução do PT”, termos que se referem à crise política instaurada em 2005. Nesse sentido, a situação de Lula é contraposta à de Getúlio Vargas, em 1954, e a de Jango, em 1964. Ao contrário do que sucedeu a Getúlio e a Jango, as portas da direita estavam abertas para Lula, por isso, não teria que enfrentar maiores problemas.

Tal como a comparação, a argumentação pelo exemplo também é empregada para aconselhar, admoestar e advertir. Utilizado para construir ou fundamentar uma regra, o exemplo permite uma generalização. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 402), “seja qual for a maneira pela qual o exemplo é apresentado, em qualquer área em que se desenvolva a argumentação, o exemplo invocado deverá, para ser tomado como tal, usufruir estatuto de fato, pelo menos provisoriamente”. Vejamos:

E-15 (Mensagem de vargas.edu.br para FFHH)

Veja o que sucede com as companhias americanas. A Enron deixou seus banqueiros a pé. A WorldCom deixou também os fornecedores. Ambas compraram pedaços do patrimônio nacional na grande hasta de seu governo (GASPARI, 2002b).

E-16 (De Castellobranco@edu para Lula@org.br)

Outro dia o Adonias Filho pediu-me que conversasse com Marco Antonio Rufino da Cruz, um carioca de 34 anos, funcionário da Biblioteca Nacional, diretor de sua Associação de Servidores. Ele desapareceu na vizinhança do Morro do Fubá, em novembro de 1994, durante o breve período em que o Exército foi usado em missões policiais nas favelas do Rio (GASPARI, 2004a).

E-17 (De ernesto.geisel@edu para lula@gov)

O seu cargo é estatal. Seu antecessor privatizou-o e, pelo que me contou o Tancredo Neves (que não gosta dele), carrega índices constrangedores de rejeição popular (GASPARI, 2009).

Em E-15, tanto a Enron como a WorldCom, que compraram pedaços do patrimônio nacional sob a hasta do governo FHC, são exemplos de que a política de privatizações é prejudicial ao Brasil. Ora, a Enron pediu concordata em dezembro de 2001, após ter sido denunciada por fraudes contábeis e fiscais: “deixou seus banqueiros a pé”. A WorldCom também foi denunciada por fraudes em 2002: “deixou seus fornecedores a pé”. Dessa forma, Getúlio Vargas lança mão da argumentação pelo exemplo a fim de mostrar a FHC que sua política de privatizações não pode ser benéfica para o Brasil.

Em E-16, Castelo Branco, preocupado com a possibilidade de o governo enviar as Forças Armadas ao Rio de Janeiro, escreve a Lula para evitar que isso aconteça, isto é, para aconselhá-lo a deixar as Forças Armadas fora dessa questão. Assim, lançando mão da argumentação pelo exemplo, Castelo Branco relata o desaparecimento de Antônio Rufino da Cruz, ocorrido em 26 de novembro de 1994, durante o breve período em que o Exército foi usado em missões policiais nas favelas do Rio de Janeiro, para fundamentar sua regra de que todas as vezes que se atribui ao Exército funções que não são de sua competência algo ruim acontece.

Em E-17, Geisel também age como um conselheiro. Ao escrever a Lula para recomendar-lhe a criação da estatal da banda larga, Geisel toma FHC como um exemplo a não ser seguido, isto é, como um antimitelo. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o antimitelo é usado para evitar certas condutas. Dessa forma, como FHC carrega índices constrangedores de rejeição popular por causa de sua política de privatizações, Lula deveria evitar atitudes dessa natureza.

Assim como os argumentos de comparação e a argumentação pelo exemplo, o raciocínio por analogia também é usado na construção do *ethos* de conselheiro dos remetentes. A analogia é entendida como uma semelhança de relação. Seu valor argumentativo será posto em evidência se a encarmos como uma similitude de estruturas, cuja fórmula mais genérica seria a seguinte: A está para B assim como C está para D (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Vejamos:

E-18 (Mensagem de jk@peixevivo.gov para FFHH)

Ferraste o Brasil durante sete anos. Como me disse o Camões, que nunca deixou de acompanhar as coisas d'além mar, serviste a Labão, de olho em Rachel, serrana bela. Ele te deu Lia, déficit comercial, dívida, desemprego e um crescimento de menos de 1% na renda dos brasileiros (GASPARI, 2002a).

E-19 (De Figueiredo@edu para Lula@org)

[...] separe cirurgicamente a coordenação política da Casa Civil. Nomeie um operador e despache sozinho com ele. Você produziu um cruzamento de girafa com hipopótamo. Esse monstro está arruinando o teu governo (GASPARI, 2004b).

Em E-18, há uma analogia entre as consequências de servir a Labão e as consequências de servir ao FMI. Ora, segundo o capítulo 29 do livro de Gênesis⁷, Jacó serviu a Labão durante sete anos em troca de Rachel, sua filha mais nova descrita como amável e bonita. Entretanto, vencido o período combinado, Jacó recebeu Lia, a filha mais velha e de olhos doentes (ou meigos, segundo nota da Bíblia Sagrada - NVI). Assim, o FMI está para Labão, assim como o déficit comercial está para Lia. Tal analogia chama a atenção para os problemas econômicos do

⁷ Gn 29: 14-28.

Brasil decorrentes dos acordos com o Fundo e alerta para o fato de que, da forma como vêm sendo feitos, esses acordos só prejudicam a economia brasileira.

Em E-19, Figueiredo, representando o G5 (o Grupo dos Cinco, composto por João Figueiredo, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Castello Branco e Ernesto Geisel), aconselha Lula a separar cirurgicamente a Secretaria da Coordenação Política da Casa Civil. Para isso, o G5 utiliza um raciocínio por analogia: a Secretaria da Coordenação Política está para girafa, assim como a Casa Civil está para hipopótamo; a imprecisão das fronteiras entre Secretaria da Coordenação Política e Casa Civil estabelece analogia com o cruzamento de girafa com hipopótamo, monstro que estava arruinando o governo de Lula. A título de esclarecimento, E-19 se refere a um possível atrito entre ministros no governo Lula: após ser nomeado para a Secretaria da Coordenação Política, Aldo Rebelo herdou parte das atribuições antes exercidas pelo chefe da Casa Civil, José Dirceu, o que teria gerado desentendimento entre os ministros.

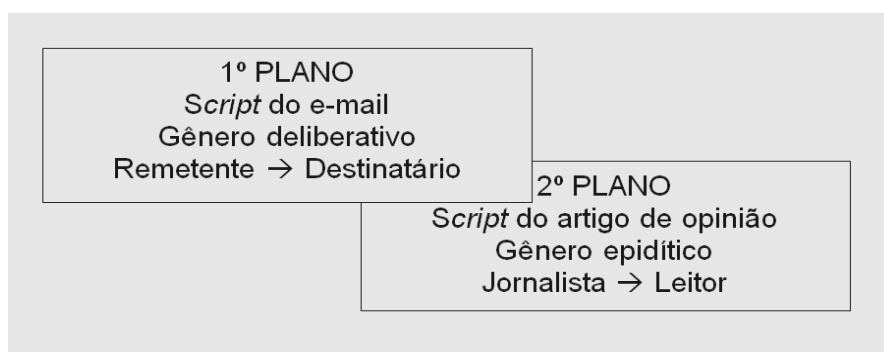
O conjunto de exemplos que vai de E-5 até E-19 contribui para construir um *ethos* de conselheiro dos políticos. Nesse sentido, os políticos que atuam como remetentes dos e-mails se mostram preocupados com questões ligadas à coletividade, questionam as decisões tomadas por Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, enfim, posicionam-se como conselheiros que deliberam sobre os benefícios ou malefícios dessas decisões para a sociedade brasileira. Assim, o gênero retórico que está em evidência no plano do simulacro é o deliberativo. Nesse caso, o que se vê, em primeiro plano, é uma interação travada entre remetente e destinatário de um e-mail, não aquela existente entre um jornalista, autorizado a emitir seu ponto de vista sobre determinados assuntos, e seus leitores, que buscam uma interpretação supostamente mais segura sobre tais assuntos.

Sabemos, entretanto, que, embora endereçados a Fernando Henrique Cardoso e a Luiz Inácio Lula da Silva, os textos se dirigem a um público muito mais abrangente: os leitores da Folha de S. Paulo. Além do mais, o objetivo do orador consiste em criticar os governos FHC e Lula (gênero epidítico), e não aconselhar os políticos em

questão. Desse modo, as condições de produção, circulação e recepção dos textos, associadas aos conhecimentos metagenéricos que os leitores possuem, conduzem o auditório a ler as produções como artigos de opinião, ainda que, em princípio, tenham considerado o e-mail.

Como já mencionado, as interações simuladas entre ex-presidentes já falecidos e presidentes que exerciam o mandato na época em que os textos foram escritos, geram humor pelo *script* do absurdo, já que contraria o senso comum, quebrando as expectativas do auditório. De modo semelhante, a construção intergenérica dos textos opera sobre a passagem de um *script* a outro. De acordo com Possenti (2010), um gênero que se apresenta com a forma de outro é construído a partir de uma dupla de *scripts* (ou, talvez, macro-*scripts*), pois simulam uma determinada exigência de leitura, que logo se descobre não ser o caso. Assim, pelo veio do humor, Elio Gaspari subverte o gênero artigo de opinião, viola seus cânones, orna-o com a roupagem de outro gênero a fim de despertar o interesse, prolongar a atenção e orientar o pensamento do auditório. A figura abaixo sintetiza essas informações:

Figura 5 – Passagem do *script* do e-mail para o *script* do artigo de opinião



6.1.2 Experiente

No papel de remetente dos supostos e-mail, cabe, portanto, a Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Castelo Branco, Figueiredo, Ernesto Geisel e Tancredo Neves a tarefa de deliberar sobre as decisões tomadas nos governos FHC e Lula. E não é por acaso que Elio Gaspari atribuiu semelhante tarefa a essas personagens. Afinal,

quem estaria mais apto a questionar um determinado governo senão aqueles que já vivenciaram a experiência de governar?

Assim, ao mobilizar personagens políticas para assumir a autoria dos textos, Elio Gaspari se utiliza do argumento de autoridade. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o argumento de autoridade recorre aos atos ou juízos de uma pessoa como meio de prova a favor de uma tese. Dessa forma, o *ethos* da pessoa é fator crucial. Com efeito, Elio Gaspari recorre às personagens em questão para atuarem como remetentes dos e-mails, porque tais personagens possuem um *ethos* prévio que assegura a elas a propriedade de dizer o que supostamente dizem.

Com isso, o discurso assume uma configuração que cria condições para que o auditório julgue os remetentes como dignos de fé. De fato, demonstrar conhecimento de causa, demonstrar experiência sobre o tema abordado move o auditório para o espaço da confiança, provoca o sentimento de segurança, enfim, movimenta, com maior ou menor intensidade, o *pathos*.

Nos textos, os remetentes têm, pois, discurso autorizado. Eles são autoridades no assunto, têm experiência comprovada no exercício do cargo de presidente do Brasil e, portanto, podem falar sobre os governos FHC e Lula. Essa experiência dos remetentes na política brasileira faz parte dos conhecimentos compartilhados entre o orador e o auditório e é confirmada no discurso por meio da figura retórica denominada alusão. Tendo em vista que a força argumentativa da alusão consiste na relação de afetividade estabelecida pelas informações que orador e auditório partilham, a utilização dessa figura é fator de comunhão com o auditório e, por isso, facilita a persuasão.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 201),

há alusão quando a interpretação de um texto, se se omitisse a referência voluntária do autor a algo que ele evoca sem designar, estaria incompleta; esse algo pode consistir num acontecimento do passado, num uso cultural, cujo conhecimento é próprio dos membros do grupo com os quais o orador busca estabelecer [...] comunhão.

Por meio da alusão, Elio Gaspari faz, portanto, referência a acontecimentos do passado político de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Castelo Branco, Figueiredo, Ernesto Geisel e Tancredo Neves, configurando-os como pessoas experientes, como indivíduos que já vivenciaram o compromisso de governar um país:

E-20 (Mensagem de jk@peixevivo.gov para FFHH)

Quando eu briguei com o FMI, você tinha 28 anos e aplaudiu (GASPARI, 2002a).

E-21 (Mensagem de vargas.edu.br para FFHH)

A situação de seu sucessor será parecida com a minha em 1936 (GASPARI, 2002b).

E-20 faz alusão ao choque entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional ocorrido no final do governo JK, em 1959. O acontecimento evocado nesse exemplo concorre para confirmar a experiência de Juscelino Kubitschek na medida em que evidencia o fato de que esse político já vivenciou situações pertinentes ao governo do Brasil, isto é, teve que buscar soluções para os problemas econômicos que afetaram o Brasil no final do seu governo, o que culminou com o rompimento com o FMI.

E-21, por sua vez, evoca a situação econômico-financeira do governo provisório (1930-1934) e do governo constitucional (1934-1937) de Getúlio Vargas. Nesse caso, também é posto em evidência o fato de Getúlio Vargas ter lidado com problemas de ordem econômica em seu governo, o que constitui um instrumento que visa à criação de uma imagem de um sujeito experiente, que já governou o Brasil e que teve que solucionar problemas relativos ao seu cargo. Assim, além de reforçar as vivências desse político no governo, E-24 também funciona como um alerta para Fernando Henrique Cardoso: caso FHC não mudasse os rumos de sua política econômica a situação de seu sucessor ficaria parecida com a de Getúlio em 1936.

As referências aos acontecimentos históricos relacionados às personagens políticas também ocorrem, nos textos, de modo mais explícito do que a alusão. É o que se pode verificar nos exemplos abaixo.

E-22 (De Castello Branco@edu para Lula@org.br)

Compare com o que eu dizia, em outubro de 1963: “Tutelando policialmente o país, mais sofreremos o vexame, perante a nação, dos qualificativos rudes de gorilas, reacionários, golpistas e patetas” (GASPARI, 2004a).

E-23 (De Figueiredo@edu para Lula@org)

Você acha que o Palocci está certo? Então não mexa nele. Não pisque. O Jango avisa: “Minha fritura começou em 1963, quando tirei o Carvalho Pinto do Ministério da Fazenda”. Eu mesmo fiz besteira quando deixei o Mário Henrique Simonsen ir embora, em 1979 (GASPARI, 2004b).

Em E-22 e E-23, os episódios relacionados a Castelo Branco e a João Goulart são evocados de forma mais direta, mais precisa. Nesse caso, os marcadores temporais “em outubro de 1963”, “em 1963” e “em 1979” contribuem para indicar, de modo mais específico, o momento em que os eventos aconteceram. Assim como ocorre nos exemplos 20 e 21, aqui, esses fatos históricos também acentuam a experiência das personagens políticas.

As referências feitas especificamente ao cargo e à função exercidos pelas personagens políticas também são fundamentais na construção do *ethos* de experiente. É o que mostram os exemplos seguintes:

E-24 (De Tancredo@edu para Lula@com.br)

Eu tinha 44 anos e era seu ministro da Justiça. Nunca esqueci aquela noite no Palácio do Catete. Doutor Getúlio prefere não lhe falar, mas me autorizou a mandar-lhe esta mensagem. Ele a leu (GASPARI, 2005).

E-25 (De ernesto.geisel@edu para lula@gov)

Durante o governo do marechal Castello Branco eu coordenava a política de telecomunicações do país e queria que esse serviço ficasse sob o guante de uma empresa estatal (GASPARI, 2009).

Em E-24, é a menção ao cargo de ministro da Justiça exercido por Tancredo Neves que dá prova de sua experiência política, o que, em E-25, é feito através da referência às funções desempenhadas por Ernesto Geisel durante o governo de Castelo Branco.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração, dada a sua importância para a construção do *ethos* de experiente, são as escolhas lexicais realizadas pelo orador. Atentemos para os termos destacados nos fragmentos abaixo:

E-26 (Mensagem de vargas.edu.br para FFHH)

No dia do seu lançamento a **ação** saiu a US\$ 16 e fechou em US\$ 68. Simonsen fez a seguinte conta: a empresa que fazia reservas de passagens passara a valer US\$ 10 bilhões, o dobro do valor patrimonial das quatro maiores companhias aéreas dos Estados Unidos. Outro dia a ação valia US\$ 4 (GASPARI, 2002b).

E-27 (Mensagem de vargas.edu.br para FFHH)

Se continuássemos a pagar o esquema das dívidas, não poderíamos fornecer o **câmbio** para as transações comerciais (GASPARI, 2002b).

A escolha dos termos “ação” e “câmbio” reforça a imagem de experiente dos políticos. O uso de um vocabulário técnico, de termos específicos da economia, sugere a prática dos políticos nessa área. Em economia, “ação” diz respeito ao título representativo de uma fração no capital de uma empresa. Já o termo “câmbio” se refere à compra e venda de moeda estrangeira, sendo que “câmbio comercial” é a cotação do dólar usada para fechar contratos de importação e exportação. Há muitos outros termos e expressões oriundos do campo da economia que poderiam ainda ser destacados dos artigos de opinião, como “déficit comercial”, “sobretaxa”, “despesa”, “renda per capita”, entre outros. O domínio dos referidos termos e expressões confere aos ex-presidentes uma imagem bastante favorável, já que dá prova de sua experiência e os torna dignos de confiança.

Como se pode notar, as referências aos acontecimentos históricos, independentemente de serem mais implícitas (E-20 e E-21) ou mais explícitas (E-22 e E-23), bem como as referências feitas aos cargos ou às funções exercidos pelas personagens em questão (E-24 e E-25) e a seleção de termos técnicos relacionados à economia (E-26 e E-27), evidenciam a atuação dessas personagens no governo brasileiro e confirmam, no discurso, as representações prévias associadas à experiência política que essas personagens possuem.

Considerando o que foi exposto até aqui, fica claro o esforço do orador para construir uma imagem positiva dos políticos que estão na posição de remetente. Com efeito, uma vez que a responsabilidade pelo que se diz nos textos é atribuída a esses políticos, é necessário que o discurso apresente uma configuração capaz de torná-los dignos de fé diante do auditório. E como tais políticos já possuem um *ethos* prévio pelo que deles diz a mídia (principalmente os *sites* especializados em história e educação, como *Uol educação*, *Só história*, *Sua pesquisa*, entre outros), por estarem associados a um partido político e, sobretudo, pelo que consta nos livros de história (*História do Brasil*, de Boris Fausto, por exemplo) sobre cada um deles, é interessante observar a dinâmica pela qual o *ethos* discursivo leva em conta, reforça, reformula, o *ethos* historicamente construído dos políticos.

Dentre os políticos em questão, isto é, aqueles que atuam como remetentes, três possuem, conforme foi possível depreender da obra *História do Brasil*, de Fausto (2012), uma imagem prévia favorável: Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves. Quanto aos demais, Castelo Branco, Figueiredo, e Ernesto Geisel, o fato de estarem associados à ditadura militar contribui, consoante a visão do referido historiador, para criar representações negativas.

Por um lado, tem-se, então, Getúlio Vargas como o pai dos pobres, como o guia dos brasileiros, em especial dos trabalhadores, devido à implantação da legislação trabalhista. Juscelino Kubitschek, por sua vez, como o presidente desenvolvimentista, em virtude das grandes realizações de seu governo, cujo maior exemplo é a construção de Brasília. E, ainda, Tancredo Neves que, embora tenha sido eleito de forma indireta, gozava de amplo apoio popular e que ficou na memória dos brasileiros como um político honesto, equilibrado e coerente em suas decisões (FAUSTO, 2012).

Por outro lado, tem-se Castelo Branco que, apesar de ser considerado um militar de tendência moderada, ficou marcado pela sua ligação com o regime militar e por ter assumido uma postura relativamente autoritária. Do mesmo modo, Ernesto Geisel e

João Batista Figueiredo, ainda que tenham representado a abertura política, também têm suas imagens associadas à ditadura (FAUSTO, 2012).

Se compararmos o *ethos* histórico dos políticos ao que Elio Gaspari constrói no discurso, veremos que o orador age de duas formas diferentes: por um lado, ele confirma as representações positivas que o auditório possui sobre Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves; por outro lado, reelabora, reformula o *ethos* historicamente construído de Castelo Branco, Figueiredo, e Ernesto Geisel, de modo que eles tenham uma imagem favorável. Assim, para inspirar confiança no auditório, o orador reforça os aspectos positivos da imagem pública dos ex-presidentes, valorizando a experiência que eles possuem no meio político, ao mesmo tempo em que trabalha para atenuar os traços desfavoráveis, ao apresentá-los como conselheiros, como pessoas preocupadas com os rumos da política brasileira, como indivíduos atentos às decisões tomadas em relação à coletividade.

6.1.3 Incompetente

Conforme exposto no item anterior, a posição dos políticos que desempenham o papel de remetente é bastante cômoda, o que não acontece em relação aos destinatários, que, por serem aconselhados a respeito de suas atuações políticas, ficam numa condição muito desconfortável. Com efeito, se, por um lado, temos políticos que contam com sua experiência para aconselhar seus destinatários a respeito de seus mandatos, por outro, temos políticos que dependem desses conselhos para tomar decisões acertadas em relação ao governo do Brasil.

Das supostas interações, emergem, portanto, imagens negativas de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva. Se retomarmos, por exemplo, as exortações feitas em E-7, E-8 e E-10, veremos que elas dizem respeito, segundo o art. 84 da Constituição da República Federativa do Brasil, a questões de competência exclusiva do presidente em exercício: exercer a direção superior da administração Federal (E-7), manter relações com Estados estrangeiros (E-8), nomear e exonar Ministros de Estado (E-10). Tais exortações sugerem a incapacidade de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva para

tomar decisões exclusivas de seus cargos por si sós. Dessa forma, a imagem que se constrói de ambos os políticos é a de incompetente.

Outro meio que também contribui para a construção do *ethos* de incompetente de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva é a incompatibilidade, argumento baseado na noção de contradição dos sistemas formais. Na demonstração lógica, tornar manifesta a contradição de um sistema significa torná-lo incoerente e inutilizável. Por outro lado, não é assim que acontece na argumentação, já que, nesse caso, as premissas raramente são explicitadas, e quando o são, dificilmente definidas de modo totalmente unívoco. Por isso, em vez de contradição, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) propõem o termo incompatibilidade. Atentemos para os exemplos que se seguem:

E-28 (Mensagem de jk@peixe vivo.gov para FFHH)

Voltando aos guarda-livros do FMI. Conte aos brasileiros porque nos tratam como analfabetos. Pelas contas deles, se um governo privatiza um sistema de saneamento urbano, consegue R\$ 100 milhões e os aplica na construção de uma rede de esgotos num bairro pobre, isso conta como despesa e aumenta a dívida, enquanto os R\$ 100 milhões não contam como receita. Isso nas contas que eles fazem para nós. Nas que fazem para eles, com o nosso dinheiro, sustentam a indústria da Califórnia arrumando brigas nas montanhas do fim do mundo. Quando a siderurgia deles vai mal, taxam o nosso aço. Eles não nos acham analfabetos. Estão convencidos de que somos bobos (GASPARI, 2002a).

E-29 (De Tancredo@edu para Lula@com.br)

Seu tumultuado passado permite que vá ao povo lembrando que sempre condenou a reeleição, oferecendo-se ao julgamento da nação com a candidatura do doutor Palocci. É verdade que o senhor vai oferecer como futuro a negação de seu passado, mas essa escolha foi sua e, convenhamos, vosso passado foi uma invenção. Um pio desejo alheio (GASPARI, 2005).

Em E-28, Juscelino teria demonstrado que há incompatibilidade entre a reclamação de Fernando Henrique Cardoso e a condescendência de seu governo em relação ao FMI. Em um encontro do BID, ocorrido em 2002, Fernando Henrique Cardoso reclamou da falta de respostas do FMI aos pedidos de mudanças de certas regras contábeis feitos pelo governo brasileiro. Fernando Henrique Cardoso alegou que as respostas dadas foram como se os governantes brasileiros fossem analfabetos. A

reclamação é, conforme mostra o exemplo, incompatível com a complacência do governo em relação ao FMI, já que o governo aceita as regras contábeis impostas pela instituição, além de permitir que os EUA taxem o aço brasileiro quando a siderurgia deles vai mal.

A argumentação pela incompatibilidade também pode ser vista em E-29. Nesse caso, Tancredo aconselha Lula a desistir da reeleição, pois ela seria incompatível com o que o presidente sempre defendeu: a não reeleição. Uma vez que Lula dizia ser contra a reeleição, reeleger-se significaria instaurar um conflito entre o que ele diz e o que ele realmente faz.

Nos exemplos, a incompatibilidade expõe Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva ao ridículo. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o ridículo é tudo aquilo que merece ser sancionado pelo riso, aquilo que entra em conflito, sem justificativa, com a opinião aceita. Será ridículo, afirmam os autores, não só quem se opõe àquilo que é admitido, mas também “quem enuncia princípios cujas consequências imprevistas o põem em oposição a concepções que são naturais numa dada sociedade e que ele próprio não se atreveria a contrariar” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 234).

Outros exemplos desse procedimento podem ser vistos nos fragmentos abaixo:

E-30 (De JK@peixe vivo.edu para Lula)

Outro dia, eu e o Augusto Frederico Schmidt, que não está entre seus admiradores (porém manda suas recomendações a d. Marisa), nos divertimos vendo quem o senhor vai dispensar e quem o senhor vai preservar. Ambos acreditamos que o estimado presidente não errará nas dispensas. Eu entendo que os seus problemas persistirão, pois derivarão das permanências (GASPARI, 2002a).

E-31 (De Figueiredo@edu para Lula@org)

Faça do doutor Antonio Palocci o seu candidato. Sem trair os compromissos de sigilo que sou obrigado a cumprir, posso adverti-lo de que o ilustre ministro ainda tem muito lixo no caminho, sobretudo umas latas de molho de tomate com ervilha. Não entendi o que isso quer dizer, mas nada me custa preveni-lo (GASPARI, 2004b).

Nesses fragmentos, a má escolha dos ministros de Estado (E-30) e as dúvidas em relação à integridade de Antônio Palocci, ministro de inteira confiança de Luiz Inácio Lula da Silva (E-31), contrariam as qualidades que um homem público deveria possuir, criando uma situação irônica e engraçada. Com efeito, de acordo com Reboul (2004), a ironia é a figura que condensa o argumento do ridículo por meio do humor. A esse respeito, Esteves (2009, p. 22), afirma que a ironia “apresenta uma estreita relação entre o dito espirituoso, o gracejo humorado e o sarcasmo quase sínico, numa relação íntima com o humor”.

Como mostram os exemplos E-30 e E-31, através da ironia, constrói-se não apenas uma crítica ao loteamento de cargos públicos e às irregularidades tão comuns na política brasileira, mas também a comunhão com o auditório, já que, para que o leitor a compreenda, é necessário que ele compartilhe, com o orador, alguns conhecimentos prévios: a reforma ministerial anunciada em 2002 e as suspeitas de irregularidade em uma licitação para a compra de cestas básicas quando Palocci era prefeito de Ribeirão Preto.

De fato, consoante Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a ironia sempre supõe conhecimentos complementares acerca de fatos e de normas, isto é, sempre exige um conhecimento prévio acerca das posições do orador. Nesse sentido, Reboul (2004, p. 133) defende que a ironia é figura do *pathos* e do *ethos*, pois, através do humor, coloca o auditório ao lado do orador, mas também é figura do *logos*, já que ressalta um argumento de incompatibilidade pelo ridículo.

O modo como a argumentação pela incompatibilidade toma forma nos textos, a forma como se configura o argumento do ridículo e a maneira como o recurso à ironia é infiltrado no discurso trazem à tona uma imagem negativa de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva: a de incompetente. Mas será essa a imagem que o auditório tinha dos ex-presidentes quando os textos foram escritos?

No caso de Fernando Henrique Cardoso, embora não seja possível negar-lhe o mérito de ter estabilizado a economia brasileira após mais de uma década de inflação, as acusações de subordinar-se aos interesses financeiros internacionais à

custa do patrimônio público constituíam pontos negativos para a sua imagem. Assim, enquanto que, para o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), Fernando Henrique Cardoso deixaria ao seu sucessor um país preparado para acelerar o crescimento sem perder a estabilidade, para o PT (Partido dos Trabalhadores), Lula receberia de seu antecessor uma “herança maldita” (FAUSTO 2012).

Quanto a Luiz Inácio Lula da Silva, predominava, na época em que os textos foram publicados, a imagem de um presidente que promovia grandes avanços sociais e que conduzia, com racionalidade, a economia. No entanto, o amplo loteamento partidário da máquina pública e a banalização de casos de corrupção envolvendo membros de seu próprio partido eram aspectos desfavoráveis a sua imagem (FAUSTO, 2012).

Como se vê, ao contrário do que ocorre com os políticos que atuam como remetentes, a construção discursiva do *ethos* de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva realça apenas os aspectos negativos de suas representações prévias. Elio Gaspari trabalha, então, para reelaborar o *ethos* desses políticos, de modo a apresentá-los como incompetentes e, assim, potencializar a crítica que dirige aos seus governos.

6.2 Elio Gaspari: um orador irônico e conhecedor

Geralmente, o artigo de opinião evidencia uma tomada de posição de um articulista a respeito de determinado assunto. Desse modo, o articulista projeta sua opinião e, em busca de adesão às suas teses, lança mão de estratégias variadas para chamar a atenção de seus leitores. Uma das grandes estratégias utilizadas por Elio Gaspari em seus textos consiste na simulação de interações entre políticos, isto é, na construção de simulacros. De fato, ao criar interações inusitadas e absurdas envolvendo ex-presidentes do Brasil, o orador quebra as expectativas dos leitores, causando surpresa, gerando efeitos de sentido humorístico, atraindo, dessa forma, o interesse do auditório para os textos.

No entanto, para aquele que deseja obter sucesso em sua argumentação, atrair o interesse do interlocutor é apenas o primeiro passo: é preciso que o orador consiga prender, prolongar a atenção do auditório, levando-o a aceitar determinado ponto de vista. É nesse sentido que Elio Gaspari busca, acima de tudo, construir *ethé* das personalidades políticas que mobiliza em seus textos. Desse modo, levando em conta as representações prévias que o auditório possui a respeito dessas personalidades, o orador constrói, por um lado, imagens positivas das que atuam como remetentes nos textos e, por outro lado, imagens negativas das que atuam como destinatários.

A construção discursiva de *ethé* dos políticos se configura, portanto, como uma importante estratégia argumentativa. Tendo em vista que, no papel de remetente, a responsabilidade pelo que se diz nos textos é atribuída a Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Castelo Branco, João Batista Figueiredo, Ernesto Geisel e Tancredo Neves, a construção de *ethé* positivos desses políticos é fundamental para inspirar confiança no auditório. Além do mais, considerando que os textos dirigem críticas a Fernando Henrique Cardoso e a Luiz Inácio Lula da Silva, construir, para eles, um *ethos* negativo é uma forma de desqualificá-los perante o auditório e intensificar a crítica realizada nos textos.

A reflexão sobre o modo como Elio Gaspari constrói *ethé* de outras personagens nos permite, ainda, levantar alguns pontos concernentes à imagem que ele constrói de si no discurso. Com efeito, ainda que o leitor se depare, em primeiro plano, com uma troca de e-mails entre políticos vivos e mortos, dificilmente ele vai pensar que se trata, mesmo, de e-mail psicografado que, por algum descuido, vazou na *Folha de S. Paulo*. Na verdade, o leitor sabe muito bem que está diante de simulacros e que alguém criou, articulou tudo isso.

Nesse sentido, embora Elio Gaspari não tenha falado explicitamente de si em momento algum, é possível depreender, dos exemplos analisados, algumas representações de sua pessoa. Isso porque todo ato de tomar a palavra implica, deliberadamente ou não, a construção de uma imagem de si (AMOSSY, 2013a).

Dessa maneira, a partir do momento que constrói *ethé* de outras personagens, Elio Gaspari também constrói representações de si.

Como mostra o conjunto de exemplos que vai de E-15 a E-27, para construir os *ethé* de conselheiro e experiente dos políticos que figuram como remetentes nos textos, Elio Gaspari demonstra possuir amplos conhecimentos acerca da história do Brasil, especialmente no que diz respeito ao Estado Getulista (1930-1945), ao período democrático (1945-1964) e ao Regime Militar (1964-1985). Além do mais, conforme os exemplos de número 28, 29, 30 e 31, ao construir o *ethos* de incompetente dos políticos que atuam como destinatários, o orador se mostra atento aos governos FHC e Lula e inteirado dos acontecimentos que estavam em pauta na época em que os textos foram escritos.

O primeiro *ethos* que se sobressai de Elio Gaspari é, portanto, o de um sujeito entendido nos temas sobre os quais versa, bem informado, inteirado dos acontecimentos da atualidade e competente para discutir assuntos diversos. Enfim, o seu *ethos* é o de um grande conhecedor. Trata-se de um *ethos* que confirma as representações prévias que o auditório possui a seu respeito, afinal, um articulista costuma ser reconhecido como autoridade no assunto.

Pela forma como constrói os textos analisados, isto é, a partir da simulação, da criação de interações entre mortos e vivos, Elio Gaspari também se mostra bastante irônico. Com efeito, o orador censura os governos FHC e Lula, mas não abertamente, e sim através de aconselhamentos realizados por ex-presidentes falecidos. Em outras palavras, os aconselhamentos não servem para orientar, para instruir, mas, ao contrário, para criticar.

Através da ironia, Elio Gaspari diz, portanto, em tom de brincadeira (pois trama situações inusitadas, engraçadas, absurdas) o que, no entanto, pensa seriamente (política e economia brasileiras). Nesse sentido, o humor cumpre aí uma função específica: permite dizer coisas que, fora dele, talvez não pudessem ser ditas, seja porque gerariam problemas, conflitos, divergências, seja porque pareceriam grosseiras, inadequadas, impertinentes.

Desse modo, é apresentando-se como um grande conhecedor da história da política brasileira, como um sujeito inteirado dos acontecimentos da atualidade e como um indivíduo extremamente irônico que Elio Gaspari simula, de forma bem humorada, interações entre personalidades políticas e constrói *ethé* dessas personalidades, a fim de obter a adesão do auditório às suas teses.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos estudar a construção de *ethé* e do humor em artigos de opinião intergenéricos de autoria de Elio Gaspari. Com esse propósito, partimos da hipótese de que, nos textos, a construção discursiva de *ethé* alheios constitui a principal estratégia argumentativa e analisamos como, por meio da utilização de recursos retóricos e humorísticos, foi possível construir *ethé* de figuras expressivas da política brasileira.

Para a realização da análise, tomamos, como embasamento teórico, os pressupostos desenvolvidos no quadro da Retórica aristotélica e da Nova Retórica. Consoante as premissas da Retórica, os meios pelos quais um discurso é persuasivo são de duas grandes ordens: racional e afetiva. Tendo em vista que, em retórica, razão e sentimentos são inseparáveis, a abordagem das provas éticas (*ethos*) se deu em consonância com as lógicas (*logos*) e as patéticas (*pathos*). Ainda conforme os postulados da Retórica, antes de empreender um discurso, é preciso se perguntar sobre o gênero que convém ao assunto a ser tratado. Desse modo, também refletimos sobre os gêneros retóricos (epidítico, deliberativo e judiciário), com o intuito de compreender qual deles predomina nos textos analisados. A explanação teórica sobre esses conceitos foi realizada no segundo capítulo.

Considerando-se que a construção de *ethé* das figuras políticas ocorre mediante a utilização de recursos retóricos e humorísticos, dedicamos o terceiro capítulo ao tratamento do humor. Nele, apontamos alguns aspectos que caracterizam o campo humorístico e, em seguida, abordamos as funções do humor, já que ele cumpre funções que vão além de fazer rir, e a construção do sentido humorístico por meio de determinadas técnicas. Para efeito deste estudo, interessou-nos as seguintes técnicas: conhecimento prévio, ironia e *script* do absurdo.

Dada a especificidade do *corpus* selecionado, refletimos ainda sobre os conceitos de gênero e de intergenericidade. O *corpus* se configura como artigos de opinião intergenéricos, isto é, artigos de opinião em forma de outro gênero, no caso, o e-

mail. Desse modo, apresentamos as características dos gêneros artigo de opinião e e-mail, bem como a relação intergenérica que se estabelece entre eles, com o propósito de esclarecer como Elio Gaspari cria simulacros envolvendo personalidades da política brasileira.

Respaldados, portanto, na Retórica aristotélica e na Nova Retórica, bem como em estudos acerca do humor e dos gêneros, analisamos os recursos retóricos e humorísticos que, nos textos, contribuíram para a construção de *ethé* de ex-presidentes da República. Uma vez que os textos simulam trocas de e-mails entre os políticos, um recurso importante, devido ao fato de, pelo veio do humor, chamar a atenção do auditório, é o *script* do absurdo. De fato, é o envolvimento dos políticos em situações absurdas, irreais e inusitadas que, por contrariar o senso comum, quebra as expectativas do auditório, causa estranhamento, gera surpresa e, conseqüentemente, produz efeitos de sentido humorístico a fim de dispor favoravelmente o auditório às teses do orador.

Os *ethé* dos políticos construídos nos textos são: conselheiro, experiente e incompetente. Os recursos responsáveis pela construção do *ethos* de conselheiro foram os argumentos de comparação, a argumentação pelo exemplo e o raciocínio por analogia. Quanto ao *ethos* de experiente, os que se sobressaíram foram o argumento de autoridade, a alusão e as escolhas lexicais operadas pelo orador. Por fim, a ironia, ao condensar o argumento de incompatibilidade, ao mostrar o ridículo de determinadas situações, foi o principal recurso a atuar na construção do *ethos* de incompetente.

Os *ethé* de conselheiro e de experiente estão associados aos políticos que figuram como remetentes nos simulacros. O *ethos* de incompetente, por sua vez, refere-se àqueles que estão no papel de destinatários. Nesse sentido, uma das preocupações de Elio Gaspari foi a construção de uma imagem positiva de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Castelo Branco, João Batista Figueiredo, Ernesto Geisel e Tancredo Neves, já que, de certo modo, são eles os responsáveis pelo que se diz nos textos. Por outro lado, foi possível perceber o esforço de Elio Gaspari para projetar uma imagem negativa de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula

da Silva. Isso porque os textos dirigem críticas aos governos FHC e Lula. Desse modo, colocar a imagem desses políticos em causa foi, também, uma forma de questionar seus governos.

Assim, enquanto a construção dos *ethé* de experiente e conselheiro foi fundamental para suscitar sentimentos de confiança e segurança no auditório, de modo a dispô-lo favoravelmente, a construção do *ethos* de incompetente desempenhou uma importante função ao conclamar o auditório a partilhar com o orador um posicionamento crítico em relação aos governos FHC e Lula. Convém lembrar que a construção dos *ethé* se deu num contexto humorístico, o que também contribuiu para capturar a benevolência do auditório.

Embora, em momento algum, Elio Gaspari tenha falado explicitamente de si, foi possível depreender, nos textos analisados, sua imagem. Isso ocorre porque todo ato de tomar a palavra implica, deliberadamente ou não, a construção de uma imagem de si. Assim, ao construir os *ethé* das figuras políticas, Elio Gaspari levou em conta uma série de informações referentes à política brasileira, construindo para si, o *ethos* de conhecedor. Outro *ethos* associado ao orador é o de um sujeito irônico: ao simular interações entre vivos e mortos, ele diz, em tom de brincadeira, o que pensa de modo sério. Disso decorre que, através do humor, Elio Gaspari pode dizer coisas que, fora desse campo, talvez não pudessem ser ditas.

Com esta pesquisa, buscamos, portanto, mostrar como os elementos persuasivos, como os recursos de convencimento, especialmente o *ethos*, configuram-se nos artigos de opinião analisados. Dessa forma, esperamos que este trabalho tenha contribuído para desvelar as estratégias argumentativas que foram utilizadas nos artigos de opinião a fim de levar o auditório a aderir ao posicionamento do orador. Além do mais, tendo em vista que a retórica, uma vez que diz respeito ao discurso persuasivo, uma vez que se instala no mundo das verdades contingentes, constitui um campo inesgotável de estudos, esperamos ter colaborado, ainda que modesta e parcialmente, para o desenvolvimento dessa ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, R. (org). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2013a.

AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (org). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2013b.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

ARQUIVOS DA DITADURA. **Créditos**. Disponível em: <<http://arquivosdaditadura.com.br/créditos>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BÍBLIA. Inglês. Holy Bible: New international version. London: Hodder e Stoughton, 2011.

BRÄKLING, K. L. Trabalhando com o artigo de opinião: revisitando o eu no exercício da palavra do outro. In: ROJO, R.(org.) **A prática da linguagem na sala de aula: praticando os PCNs**. Campinas: Mercado de Letras, 2000, p. 221-247.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

CARMELINO, A. C. Humor: uma abordagem retórica e argumentativa. In: **Desenredo**, v. 8, n. 2, p. 40-56, jul./dez. 2012.

CRYSTAL, D. **Language and the Internet**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

EGGS. E. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (org). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2013.

ESTADÃO. **FHC critica FMI e defende ajuda à argentina**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-critica-fmi-e-defende-ajuda-a-argentina,20020311p26033>>. Acesso em 23 out. 2014.

ESTADÃO. **Começa hoje visita de de Anne Krueger ao Brasil**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,comeca-hoje-visita-de-anne-krueger-ao-brasil,20020722p34119>>. Acesso em 23 out. 2014.

ESTADÃO. **Impasse adia envio das forças armadas ao Rio.** Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,impasse-adia-envio-das-forcas-armadas-ao-rio,20040413p12614>>. Acesso em 23 out. 2014.

ESTADÃO. **PT decide convidar Palocci para discutir política enocômica.** Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pt-decide-convidar-palocci-para-discutir-politica-economica,20041121p38380>>. Acesso em 23 out. 2014.

ESTADÃO. **Lula recebe proposta para plano nacional de banda larga.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,lula-recebe-proposta-para-plano-nacional-de-banda-larga-dia-24,467248>>. Acesso em 23 out. 2014.

ESTEVEES, J. M. **Ironia e argumentação.** Covilhã: LabCom, 2009.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2012.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica.** São Paulo: Contexto, 2010.

FIX, U. O cânone e a dissolução do cânone. A intertextualidade tipológica – um recurso estilístico “pós-moderno”? **Revista Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte: 2006, p. 261-281.

FOLHA DE S. PAULO. **Conheça a Folha de S. Paulo.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_a_folha.shtml>. Acesso em: 21 jul. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **‘Não somos analfabetos’, diz FHC ao FMI.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1203200202.htm>>. Acesso em 23 out. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **FMI diz que só ajudará governo engajado.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2407200222.htm>>. Acesso em 23 out. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **FHC ameaça não receber Paul O’Neill.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3007200214.htm>>. Acesso em 23 out. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Pós-reformas, Lula pretende trocar amigos por eficiência.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u52157.shtml>>. Acesso em 23 out. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Governo libera verba de R\$ 9 milhões.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1304200407.htm>>. Acesso em 23 out. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Lula ataca críticos da política econômica.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2411200406.htm>>. Acesso em 23 out. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Com crise Lula cogita até lançar Palocci à eleição.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1206200516.htm>>. Acesso em 23 out. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Governo adia plano, mas define diretriz para a banda larga.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2511200923.htm>>. Acesso em 23 out. 2014.

G1. **Fernando Henrique ataca o FMI.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL903385-16021,00-FERNANDO+HENRIQUE+ATACA+O+FMI.html>>. Acesso em 23 out. 2014.

G1. **Declaração desastrada.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/bomdiabrazil/0,,MUL826650-16020,00-DECLARACAO+DESASTRADA.html>>. Acesso em 23 out. 2014.

GASPARI, E. Mensagem de jk@peixe vivo.gov para FFHH. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2002a. Primeiro Caderno, p. 8.

GASPARI, E. Mensagem de vargas.edu.br para FFHH. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jul. 2002b. Primeiro Caderno, p. 12.

GASPARI, E. De Geisel@gritodoipiranga.edu.br para FFHH. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2002c. Primeiro Caderno, p. 6.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002d.

GASPARI, E. De jk@peixe vivo.edu para Lula. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 set. 2003. Primeiro Caderno, p. 8.

GASPARI, E. De Castellobranco@edu para Lula@org.br. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2004a. Primeiro Caderno, p. 7.

GASPARI, E. De Figueiredo@edu para Lula@org. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 nov. 2004b. Primeiro Caderno, p. 13.

GASPARI, E. **A ditadura encurralada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004c.

GASPARI, E. De Tancredo@edu para Lula@org. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2005. Primeiro Caderno, p. 10.

GASPARI, E. De ernesto.geisel@edu para Lula@gov. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2009. Primeiro Caderno, p. 10.

HADDAD, G. *Ethos* prévio e *ethos* discursivo: o exemplo de Romain Rolland. In: AMOSSY, R. (Org). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2013.

IPSOS MARPLAN. **Leitores da Folha de S. Paulo** Disponível em <http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor_nacional.shtml>. Acesso em 25 jul. 2014.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2011.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, R. (org). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2013.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs). **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEYER, M. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

MOSCA, L. L. S. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: MOSCA, L. L. S (org). **Retóricas de Ontem e de Hoje**. São Paulo: Humanitas, 2001.

PAIVA, V. L. M. O. E-mail: um novo gênero textual. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Orgs.) **Hipertextos e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

PERELMAN, C. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PORTAL DOS JORNALISTAS. **Elio Gaspari**. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=9553>>. Acesso em: 28 out. 2014.

POSSENTI, S. **Os humores da língua**: análises linguísticas de piadas. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

POSSENTI, S. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

RASKIN, Victor. **Semantic Mechanisms of Humor**. Dordrecht-Boston-Lancaster: D. Reidel. 1985.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs). **Gêneros: teorias métodos e debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

TRAVAGLIA, L. C. O que é engraçado? Categorias do risível e o humor brasileiro na televisão. **Leitura: Estudos linguísticos e literários**. Maceió, Universidade Federal de alagoas, n. 5, 6, p. 42-79, 1989.

TRAVAGLIA, L. C. Uma introdução ao estudo do humor pela linguística. **D.E.L.T.A**, v. 6, n. 1, 1990, p. 55-82.

TRENTIN, R. C. **Um estudo de “frases engraçadas” que versam sobre bebida: construção de sentido e ethos**. 2012,143f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

YOUTUBE. **Documentário sobre a carreira do jornalista Elio Gaspari**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yhRzogV3nuk>>. Acesso em: 25 out. 2014.

ANEXOS

ANEXO A – Mensagem de jk@peixe vivo para FFHH

Mensagem de jk@peixe vivo.gov para FFHH

O SÉRGIO Motta acabou de me contar que você reclamou do FMI tratar as nossas autoridades "como se alguns de nós fôssemos analfabetos". Alguns não, caro amigo: nós todos.

Aqui onde estamos, o cavaleiro de Villegagnon só me distingue porque o Di Cavalcanti disse a ele que eu pretendo comê-lo grelhado, à moda dos nossos patrícios aí das cercanias do Palácio do Catete, que almoçaram alguns franceses de seu grupo. O Sérgio Motta deu para elogiar as pernas do bispo Sardinha e ele sumiu por uns tempos. Ficou com medo de que as coma de novo.

Fernando, acredite, a única coisa que nos faz respeitáveis por aqui é o fato de já termos comido algumas centenas deles.

Quando eu briguei com o FMI, você tinha 28 anos e aplaudiu. Depois, mudou de turma. Essa boa alma que é o Vilmar Faria me contou que um menino da tua assessoria econômica ficou encantado com a geladeirinha onde o Alexandre Kafka (aquele sujeito que eu nomeei para uma diretoria do Fundo) guardava seus vinhos. Uma geladeirinha que você compra em qualquer supermercado de Belo Horizonte e uns vinhos de segunda, porque nem o Kafka podia gastar, nem gosta de fazê-lo. Adorável Fernando, ou somos antropófagos, ou gostamos de miçangas. Quando eles descobrem que a gente gosta de gravata Ferragamo ou de sapatos Church (duros como as botas da PM mineira), ferramo-nos.

Ferraste o Brasil durante sete anos. Como me disse o Camões, que nunca deixou de acompanhar as coisas d'além mar, serviste a Labão, de olho em Rachel, serrana bela. Ele te deu Lia, déficit comercial, dívida, desemprego e um crescimento de menos de 1% na renda dos brasileiros. Isso eu fazia em três meses. Outro dia encontrei o general Médici (creia, ele voltou a fumar). Continua reclamando porque construí Brasília, mas eu lhe respondo que minhas comissões contratuais eram inferiores à da ponte Rio-Niterói.

Como aqui não se briga, nos colocamos de acordo numa coisa. Eu fiz tudo errado, mas você pega um avião e desce em Brasília. Aliás, você adora morar lá (porque não paga aluguel, eu sei). Da mesma forma, diz o Médici, você embica o carro na ponta do Caju e sai em Niterói. O Sérgio Motta me fez a lista do pessoal do papelório que comprou apartamento em Nova York e do roubalhório, que comprou em Miami. (Por falar em Sérgio Motta, que grande ministro ele teria sido no meu governo.)

Brigue com o Fundo, Fernando. Conte para todo mundo que no dia 16 de janeiro de 1999, quando o

Brasil estava indo à breca, o Michel Camdessus propôs ao Malan um sistema de dolarização semelhante ao da Argentina. Conte mais: que o Stanley Fischer te propôs a mesma coisa no Planalto, no dia 3 de fevereiro. Saia por aí gritando que você não deixou eles desgraçarem a nossa terra. Depois de ter ajudado a derrubar o Chico Lopes, filho do meu querido Lucas, o Fischer achava que podia fazer o que quisesse. Aliás, não saia do Planalto sem homenagear o Chico. Esse rapaz teve a coragem de dizer ao Fischer que podia falar com ele diariamente ao telefone, mas que aquela moça italiana que cuida do Brasil teria que falar com seus assessores. Como disse o Sarney, é o que se chama de liturgia do cargo. Coitado do Sarney. Eu sei como vai acabar esse instante de dor que a vida lhe trapaceou, mas não posso contar. É proibido.

Voltando aos guarda-livros do FMI. Conte aos brasileiros porque nos tratam como analfabetos. Pelas contas deles, se um governo privatiza um sistema de saneamento urbano, consegue R\$ 100 milhões e os aplica na construção de uma rede de esgotos num bairro pobre, isso conta como despesa e aumenta a dívida, enquanto os R\$ 100 milhões não contam como receita. Isso nas contas que eles fazem para nós. Nas que fazem para eles, com o nosso dinheiro, sustentam a indústria da Califórnia arrumando brigas nas montanhas do fim do mundo. Quando a siderurgia deles vai mal, taxam o nosso aço. Eles não nos acham analfabetos. Estão convencidos de que somos bobos.

Vou me despedindo porque o meu querido Geraldo (aquele motorista que morreu comigo e por quem tenho uma amizade que você mostrou-se raso para entender) arrumou uma serenata na casa da Chiquinha Gonzaga.

Não me queira mal. É possível que eu venha a recomendar aos meus amigos que votem no teu candidato, desde que ele diga o que vai fazer para tirar 9 milhões de trabalhadores do limbo, levando os patrões a assinarem suas carteiras. O Getúlio, que tem horror a você, disse que sem isso ele nem conversa. Ele anda com uma cópia daquela Carta e diz que você levou para o governo "a campanha subterrânea dos grupos internacionais" aliada "à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho".

Sucesso e recomende-me à dona Ruth, a Beatriz, Luciana, Paulo Henrique e aos netos.

(Mantenha reserva, porque já tive dissabores suficientes em vida, mas dona Ruth é a maior primeira-dama que o Brasil já teve.)

ANEXO B – Mensagem de vargas.edu.br para FFHH

Mensagem de vargas.edu.br para FFHH

Estimado presidente,

Eu estava no seu gabinete quando o professor Stanley Fischer, vice-diretor administrativo do FMI, foi vê-lo, em janeiro de 1999. Às vezes esse estróina do Juscelino me leva a Brasília. Eu vou, mas busco um canto onde possa tomar meu mate. Aprecio o conforto dos sofás vermelhos de sua sala. Aliás, parecem-me do meu tempo, que o senhor chama de era Vargas. Ouvi quando Fischer lhe propôs a dolarização da economia de nossa pátria. Está agora na capital essa senhora, dona Anne Krueger. Tivemos a chilena da pasta preta, que trazia calçados para consertar porque por aí os artesãos trabalhavam de graça. Depois tivemos uma distinta italiana. Lembra-se de Teresa Ter-Minasian? Mulher audaciosa, usava vestido colorido em missão oficial.

Dispense-se de estimular a desnacionalização de nossa inteligência. Não falo desses jornalistas dissolventes que instigam políticos oportunistas contra o governo. Falo da naturalidade com que o prezado patrício e seu ministro da Fazenda, que julgo um pouco casquilho, defendem a venda do patrimônio nacional. Exportaram até Volta Redonda. Precisamos de US\$ 1 bilhão por semana, num mundo em que os Estados Unidos precisam de US\$ 1 bilhão por dia. Isso não pode acabar bem.

Não é justo que transforme fracasso em dogma e pretenda impor ao seu sucessor compromissos que só fazem nexos na sua lógica. Uma lógica que em oito anos terá produzido um aumento de algo como 10% na renda per capita desse povo de quem fui escravo. Isso, no meu segundo governo, eu conseguia em apenas três anos. O perdulário do Juscelino diz que fazia em apenas dois anos. O Médici fez 11% só em 1973.

O senhor desnacionaliza a nossa inteligência precisamente numa época em que os Estados Unidos dependem da inteligência do jovem Bush. Deixe o Brasil pensar, presidente. Ataque seus adversários, mas não meta os estrangeiros nisso. Conte com a minha simpatia em relação ao moço Bush. Acredite, pois aqui se sabe de tudo: ele lhe detesta.

Veja o que sucede com as companhias americanas. A Enron deixou seus banqueiros a pé. A WorldCom deixou também os fornecedores. Ambas compraram pedaços do patrimônio nacional na grande hasta de seu governo. Em maio passado as remessas de lucros para o exterior ficaram em US\$ 728 milhões. Eu desconfio que esse numerário equivale aos US\$ 90 milhões remetidos anualmente

no início de meu governo. À época disse ao povo: "Não conheço exemplo de espoliação maior".

O senhor dirá que seu mundo é outro. É verdade, mas o meu é melhor. Dou-me muito bem como o Mário Henrique Simonsen. Fumamos como chaminés felizes. Em março de 1999, quando a casa Goldman Sachs, a do Lulômetro, lançou em Wall Street papéis de uma empresa chamada Priceline, ele gargalhava. A companhia se propunha a fazer reservas de passagens aéreas por meio dessa rede de computadores que há aí. No dia do seu lançamento a ação saiu a US\$ 16 e fechou em US\$ 68. Simonsen fez a seguinte conta: a empresa que fazia reservas de passagens passara a valer US\$ 10 bilhões, o dobro do valor patrimonial das quatro maiores companhias aéreas dos Estados Unidos. Outro dia a ação valia US\$ 4. Como se aquilo pudesse acabar bem.

Aprendi a defender os interesses nacionais recebendo ministros e embaixadores estrangeiros. O professor também já deve ter percebido como esses homens defendem os interesses materiais de seus nacionais, mesmo quando pretendem nos explorar. Têm sempre muita boa vontade, para nos escorchar. (No meu entendimento, ao lhe propor a dolarização, aquele Fischer defendia muito mais a banca do que a ciência econômica. O desfecho do caso da Argentina ampara minha suspeita.) A situação de seu sucessor será parecida com a minha em 1936. Se continuássemos a pagar o esquema das dívidas, não poderíamos fornecer o câmbio para as transações comerciais. Se atendêssemos às transações comerciais, não poderíamos pagar a dívida.

O senhor colocou o Brasil numa situação em que estamos pedindo aos banqueiros e aos tubarões para que nos acreditem. Diz que pagaremos tudo, a todos. Exige que seus adversários políticos façam o mesmo, quando eles são seus adversários porque (em alguns casos) sempre pensaram diferente do senhor. Sugiro-lhe especular outro caminho. Poderíamos perguntar à senhora Krueger o que o FMI tem a nos oferecer. O professor Fischer queria a dolarização. Pergunte-lhe o que acha disso.

Se o Juscelino for a Washington nesses dias, acompanho-o. Quero ouvir o que ela vai contar por lá.

Darcy e Alzira recomendam-se à dona Ruth, de quem muito gostam.

Atenciosamente,

Getúlio Vargas

ANEXO C – De geisel@gritodoipiranga.edu.br para FH

De geisel@gritodoipiranga.edu.br para FH

PREZADO professor,

É quase nenhuma a admiração que lhe dedico. Antes de minha mudança para cá, havia uma loja em Teresópolis vendendo manteiga francesa. Foi coisa sua e desse rapaz, colega de PUC da minha filha, o sobrinho-neto do general Malan.

Eu costumava dizer que antes de 1930 o Brasil era tão atrasado que importava manteiga. Pois ao atraso voltamos. Apesar disso, acho que lhe devo alguns subsídios para lidar com esse trêfego secretário do Tesouro, Paul O\$Neill.

Tome cuidado com esse pessoal do Itamaraty. Imagine que num telegrama banal ao presidente americano puseram um "rogo que". O presidente do Brasil não roga coisa alguma!

Esses americanos são uns bestas, mas não são bobos. Em 1976 eu recebi o professor Kissinger. Ele era secretário de Estado e o governo americano havia sobretaxado nossos calçados. À saída, me convidou para ir aos Estados Unidos. Eu lhe disse que só iria quando não houvesse mais sobretaxa. Ele calou a boca.

Já tinham aparecido uns sujeitos pedindo que mandássemos sargentos negros para Angola. Eu lhes sugeri que mandassem os negros deles. Argumentaram que não falavam português. Prontifiquei-me a educá-los.

Eles são malandros. Estavam nos oferecendo material bélico, mas o negócio encencou por causa dessa prosódia de direitos humanos. Oferecem uma exceção, desde que pública. Que fossem às favas. Queriam vender sucata e passar por bonzinhos. O Clinton deu-lhe a falsa impressão que os Estados Unidos são amigos do Brasil. Enquanto foi-lhes conveniente vender chiclete, foram bons parceiros. Até para assegurar a sua reeleição. Agora que o quadro é outro, mandam-vos às favas. Eles querem botar o guiso no seu sucessor. Não deixe.

Em 1976 foi eleito aquele sacripanta do Jimmy Carter e mandou a mulher dele me visitar oficialmente. Vinha com um caderno de notas e

parecia tomar exame. Recebi-a com fidalguia, pois era pago para isso. Depois o marido dela veio a Brasília. Acredite que atribuiu algumas de suas declarações às perguntas dos jornalistas. Eu lhe disse que se fosse repórter (Deus me livre) faria as mesmas perguntas. Uns anos depois, já fora do poder, Carter visitou o Brasil. Mostrou desejo de me ver. Respondi que não desejava encontrá-lo. Ligou lá para casa e não o atendi. Esse é o meu jeito e não é o seu.

Jogue duro, professor. O senhor é mais que o O\$Neill. É presidente do Brasil, esteve em Princeton, é doutor por Stanford e tem um convite para lecionar em Harvard. Ele tirou o mestrado a Universidade de Indiana. Eu não o receberia, mas acho que é pedir muito, Diga-lhe que o Brasil está repleto de laráprios, mas o governo brasileiro nunca mandou seu adido militar pedir a libertação de delinquentes presos na polícia federal. Está aqui o Vernon Walters que confirma. Era um pedido de um senador liberalóide chamado Fulbright. O Castello Branco (tenho evitado-o, é muito irônico), mandou deixar a porta das celas abertas e os sujeitos escafederam-se.

Se o secretário falar em reformas, "dever de casa" e outras parolagens, peça-lhe para procurar um memorando escrito no dia 2 de outubro de 1953 por George Humphrey, seu antecessor no Tesouro. Ele era claro: os Estados Unidos não deviam ajudar a industrializar um país que competiria com sua produção.

Quando mandei rasgar o Acordo Militar, eles tentaram conversar por baixo do pano. Mandei todo mundo calar a boca. era comigo e comigo não havia o que conversar.

Volto ao meu ponto inicial: fomos diferentes. É isso que dá utilidade a essas lembranças. Mostram um outro caminho, o das favas.

Cordialmente,
Ernesto Geisel

ANEXO D – De JK@peixe vivo.edu para Lula

De JK@peixe vivo.edu para Lula

ESTIMADO presidente Luiz Inácio,
Tenho duas coisas a dizer ao amigo:

- 1) Não se comprometa com o erro.
- 2) Não entregue a alma ao seu adversário.

Eu sei que demitir ministro corta o coração. Em 1958, demiti o José Maria Alkmin, meu amigo de infância nas ruas de Diamantina, colega de trabalho nos Correios. Continuamos amigos, porque há pessoas que perdem o cargo, mas não perdem a educação. Daqui, a gente vê que o querido presidente já percebeu que uma parte do seu ministério está fatigada. Isso acontece com todo mundo.

Outro dia, eu estava conversando com o Castello e o Costa e Silva. Fizemos a conta e concluímos ter nomeado pelo menos cinco dementes. O Tancredo disse muito bem: "São quatro os ministros que seguram o pálio da procissão. Os demais cantam".

Uma alma como a sua pode buscar novas soluções diante de desapontamentos imprevistos. A vida é assim. Eu tirei o Álvaro Lins do Planalto e o mandei para Portugal. No meu tempo, os ministros eram 13. Pois acredite, demiti 26 e não fiz um só inimigo. Outro dia, eu e o Augusto Frederico Schmidt, que não está entre seus admiradores (porém manda suas recomendações a d. Marisa), nos divertimos vendo quem o senhor vai dispensar e quem o senhor vai preservar. Ambos acreditamos que o estimado presidente não errará nas dispensas. Eu entendo que os seus problemas persistirão, pois derivarão das permanências. O Schmidt não concorda comigo, mas esse bom amigo é o único perdulário federal que se comporta como argentário municipal. Mais do que isso não posso dizer.

Digo-lhe, sem constrangimento, que o ilustre patricio se engana quando se mostra preocupado com o governo anterior. Falo-lhe com a autoridade de quem teve um demônio chefiando a oposição.

Mil anos de ditadura serão pouco para que o amigo sofra o que sofri na ponta do espeto de Carlos Lacerda. Sofri, mas não deixei que ele capturasse a minha alma. Pelo contrário, posso me orgulhar de ter capturado a dele. Tenho aqui ao lado o dr. Getúlio. Lacerda lhe tomou a vida, mas no dia 24 de agosto quem perdeu um pedaço da alma foi o Carlos, não o presidente que se matou. Até hoje, dr. Getúlio sorri quando conta seus últimos minutos, de pijama, naquele quarto do Palácio do Catete.

Outro dia, o Lacerda rememorou essa mesma manhã. Continua agoniado. O caro amigo vem dando ao professor Fernando Henrique Cardoso e aos tucanos um pedaço de sua alma. Isso só lhe trará fraqueza e melancolia. Peça ao querido ministro (e mineiro) Luiz Dulci que procure um só discurso meu atribuindo ao Lacerda seja lá o que for. Não o achará. Para fazer o que eu queria fazer, não podia demonstrar preocupação com ele. Estava construindo um novo Brasil, e os tropeços da caminhada, bem como os ministros fatigados, eram notas de pé de página. Pergunto-lhe: qual a causa da saída do José Carlos de Macedo Soares do Itamaraty, em 1958? Talvez não cheguem a dez as pessoas capazes de responder a essa pergunta. Verificarão que respondê-la é uma forma de cansar a memória a serviço da irrelevância.

Outro dia, fiz uma aposta com o Jânio Quadros. Ele diz que, pelo estilo, o ilustre presidente haverá de se assemelhar a ele. Eu sustento que ficará parecido comigo. Se o Jânio ganhar, pago duas caixas de uísque. Se eu ganhar, ele me paga com dois frascos de colônia Davidoff, aquela que o Zózimo Barroso do Amaral usa. Ajude-me a ganhar essa aposta. O Jânio, com duas caixas de uísque, transformará isto aqui num inferno.

Cordialmente, abraça-o o amigo e servidor

JK

ANEXO E – De Castellobranco@edu para Lula@org.br

De Castellobranco@edu para Lula@org.br

SENHOR presidente,

Escrevo-lhe para tentar evitar que o sr. se junte às vivandeiras alvoroçadas que novamente acorrem aos bivaques dos granadeiros para estimular extravagâncias do poder militar. Refiro-me a essa conversa de se chamar as Forças Armadas para cuidar da segurança do Rio de Janeiro.

Quis o Padre Eterno que essa nova tentativa de militarização dos fracassos da administração ocorresse no final da segunda semana das comemorações dos 40 anos da deposição do presidente João Goulart. Aqui onde estamos, tivemos um pequeno jantar: Jango, Lacerda, Juscelino e eu. JK não toma jeito. A cada 15 minutos olhava o relógio, como se isso ainda tivesse utilidade.

Senhor Luiz Inácio, não o chamo de Lula porque, desde que o Agildo Barata me apelidou de Quasimodo, tomei horror a alcunhas. (Um cearense tinoso chamado Lira Neto escreveu uma biografia minha. Essa história está lá. A Rachel de Queiroz gostou do livro e presenteou-o ao Luiz Carlos Prestes, de quem se reaproximou.)

Voltando ao jantar, divertimo-nos muito. Os jornais falaram em 40 anos do "golpe militar", mas o Jango chamou a minha atenção para o fato de que em abril de 1964 ninguém usou essa expressão. Segundo ele, se a tivessem usado, os militares não conseguiriam acabar com a eleição presidencial de 1965.

O doutor Goulart mostrou-me um recorte do dia 5 de março. Leia-o:

"Até quando permanecerá de braços cruzados o Exército? Não podemos admitir que os seus chefes não tenham consciência dos perigos que nos ameaçam e do sangue que acabará fatalmente correndo em torrentes, se as Forças Armadas continuarem a confundir o que aí está com um regime legal".

Isso era o que dizia um grande jornal. Não lhe digo o nome porque seu proprietário está aqui e fizemos boa camaradagem.

Compare com o que eu dizia, em outubro de 1963:

"Tutelando policialmente o país, mais sofreremos o vexame, perante a nação, dos qualificativos rudes de gorilas, reacionários, golpistas e patetas".

A plutocracia nacional é astuta. Em 1964 ela participou da deposição de um presidente. Em 2004, da exorcização do "golpe". Agora, querem que os nossos soldados se metam na encrenca do narcotráfico. Como diz o major Leonidas Pires Gonçalves (general, para vocês): "quartel não tem algemas".

As vivandeiras de hoje querem o Exército em funções policiais das quais seus comandantes afastaram-no nos anos 80, sendo chamados de gorilas, reacionários, golpistas e patetas. Não ocorre às vivandeiras dar uma hora de seus dias ou um pedaço de suas rendas para moralizar as polícias. Também não lhes ocorre recusar convites para festas em que se formam filas na porta do banheiro. Foi o Darcy Ribeiro quem me explicou essas filas. Eu achava que era coisa da bebida.

Querem ficar de braços cruzados, mas pedem que as Forças Armadas virem meganha. Depois, como fizeram com o "golpe militar", vestem uma camiseta branca e saem por aí. Assombra-me que essa vivandagem prospere junto ao pedaço da esquerda de fancia onde o senhor e parte do seu ministério surgiram e militaram.

Outro dia o Adonias Filho pediu-me que conversasse com Marco Antonio Rufino da Cruz, um carioca de 34 anos, funcionário da Biblioteca Nacional, diretor de sua Associação de Servidores. Ele desapareceu na vizinhança do Morro do Fubá, em novembro de 1994, durante o breve período em que o Exército foi usado em missões policiais nas favelas do Rio. O rapaz contou-me o que lhe aconteceu. Infelizmente, devo manter sigilo. Digo-lhe o que se sabe aí: Rufino foi preso pela Polícia do Exército, foi levado à carceragem da Polinter. E sumiu. Rufino é negro. Por que meter a Polícia do Exército numa história dessas? Não foi a PE quem sumiu com Rufino, mas foi ao comandante da operação militar que se pediu a reconstituição do seu roteiro carcerário. O que tem um general do Exército brasileiro a ver com isso?

Militarizar fracassos serve apenas para expandir malogros. Toda vez que se pergunta: "Até quando permanecerá de braços cruzados o Exército?", pode estar certo: algo de ruim vai acontecer ao Exército e ao poder civil, nesta ordem, para que alguém continue de braços cruzados.

ANEXO F – De Figueiredo@edu para Lula@org

De Figueiredo@edu para Lula@org

COMPANHEIRO Lula,

Outro dia reunimos a turma que carregou a cruz que hoje está nas tuas costas. Falamos do teu governo e as coisas continuam mais ou menos no mesmo pé. O Getúlio diz que você se deixa escorchar pela banca e dá aos trabalhadores a impressão de que devemos retribuir a boa vontade dessa gente. A verdade é que ele nunca foi com tua cara. O mesmo não se pode dizer do Juscelino, encantado com a história do Lula. Ele descreve a tua vida como se fosse uma realização do governo dele.

Estou te escrevendo em nome do Grupo dos Cinco, o G5: JK, Jango, Castello Branco, Ernesto Geisel e eu. Eles pediram que eu fosse o porta-voz porque chegaram à conclusão de que somos parecidos.

É verdade que no meu governo você passou 31 dias preso, mas não foi coisa pessoal. Os teus ternos estão sempre apertados, os meus também. Você não se incomoda de ser fotografado com as pernas de fora. Eu também não. Você prefere morar na Granja do Torto e sempre que pode procura quebrar a teatralidade de uma conversa soltando um palavrão teatral. Eu também.

O G5 quer mandar cinco sinais para você:

1) Você acha que o Palocci está certo? Então não mexa nele. Não pisque. O Jango avisa: "Minha fritura começou em 1963, quando tirei o Carvalho Pinto do Ministério da Fazenda". Eu mesmo fiz besteira quando deixei o Mário Henrique Simonsen ir embora, em 1979. O Castello ouve essas queixas e ri, porque ele bancou o Roberto Campos e o Otávio Bulhões a despeito de tudo. O problema de confiar no Palocci é teu. Nós não endossamos o que faz esse moço. Estamos apenas recomendando firmeza porque daqui de onde estamos nossa visão é clara: você não tem mais retaguarda.

2) Não loteie seu governo. Todos nós, em algum momento, achamos que devíamos entregar um ministério a um finório para atender exigências da

bancada. Tudo falso. Em geral o espertalhão custa caro e a bancada, ao ser atendida, quer mais. O Castello sempre repete: "O inimigo comum é o Erário". Uma das nossas maiores diversões é azucrinar o Ulysses Guimarães, lembrando que esse tal de PMDB foi fundado por ele.

3) Não faça substituições com o banco de reservas. Se você deixa, a turminha do palácio tem excelentes nomes para tudo. Tudo nulidade. Se o sujeito é o segundo, isso significa que não devia ser o primeiro. Meio envergonhado, até o Jango concorda. Fizemos uma pesquisa ouvindo do Deodoro ao Jânio: nunca, em nenhum governo, um poderoso palaciano indicou, para qualquer cargo na sua área de influência, alguma pessoa que pudesse vir a ocupar o seu lugar.

4) Lula, nenhum dos teus ministros da área social é capaz de entregar um embrulho ao meio-dia na esquina da Rio Branco com a Ouvidor. Você não tem mais tempo para fazer um terço do que eles prometem. Veja bem: eles prometem, mas quem não cumpre é você. Separe dois projetos por ministério e coordene o trabalho pessoalmente. (Ressalva: o Castello e o Geisel discordam dessa parte da proposta. Para não alimentar antipatias, não conto por que).

5) Finalmente, a principal sugestão do G5: separe cirurgicamente a coordenação política da Casa Civil. Nomeie um operador e despache sozinho com ele. Você produziu um cruzamento de girafa com hipopótamo. Esse monstro está arruinando o teu governo.

Despeço-me com uma nota pessoal. Se no meio da noite alguém te disser que estourou uma bomba e que tem gente da tua estima envolvida, mande apurar, vá fundo, não vacile. Foi nessa que eu dancei.

Abraço do
João Figueiredo

ANEXO G – De Tancredo@edu para Lula@com.br

De Tancredo@edu para Lula@com.br

ESTIMADO PRESIDENTE,

Estamos aqui só nós dois, doutor Getúlio e eu. Ele o detesta e assegura que o senhor não sabe que dia é hoje, pois confunde a história de nosso povo com a cronologia do governo de sua gente. Há 51 anos, o presidente Vargas matou-se com um tiro no peito. Eu tinha 44 anos e era seu ministro da Justiça. Nunca esqueci aquela noite no Palácio do Catete. Doutor Getúlio prefere não lhe falar, mas me autorizou a mandar-lhe esta mensagem. Ele a leu. Antes de mais nada, para que o patrício não embale ilusões, quero dizer-lhe que por cá sabemos de tudo. Coisas que só o senhor e o ministro Antonio Palocci sabem e coisas que o doutor Tarso Genro preferiria não saber. É com esse cabedal que lhe escrevo.

Seu governo acabou, sua lenda diluiu-se e seu PT divide-se entre patriotas perplexos, aproveitadores apanhados e mandriões dissimulados. Outro dia, o marechal Castello Branco passou por aqui rindo muito. Ele diz que o senhor caiu na mão da politicagem porque não reformou a máquina sindical corrupta que tanto denunciou. O próprio Castello julga conveniente que lhe ofereça um caminho. Faço-o mais preocupado com as instituições nacionais do que com sua biografia. Serei claro até onde posso: quero preservar o mandato de um cidadão escolhido pelo voto direto de 53 milhões de eleitores. Vou um pouco além: não podemos permitir que os brasileiros sejam governados, nem por um dia, por um presidente eleito indiretamente. Fui claro?

Sugiro-lhe o seguinte: desista da reeleição, mas não conte a ninguém, nem a dona Marisa, a quem Risoleta manda suas lembranças. Faça do doutor Antonio Palocci o seu candidato. Sem trair os compromissos de sigilo que sou obrigado a cumprir, posso adverti-lo de que o ilustre ministro

ainda tem muito lixo no caminho, sobretudo umas latas de molho de tomate com ervilha. Não entendi o que isso quer dizer, mas nada me custa preveni-lo.

Seu tumultuado passado permite que vá ao povo lembrando que sempre condenou a reeleição, oferecendo-se ao julgamento da nação com a candidatura do doutor Palocci. É verdade que o senhor vai oferecer como futuro a negação de seu passado, mas essa escolha foi sua e, convenhamos, vosso passado foi uma invenção. Um pio desejo alheio.

Quando eu ia tomar posse, em 1984, calculei consumir o primeiro biênio com medidas impopulares. Pergunte ao Francisco Dornelles, o meu admirável sobrinho que coloquei no Ministério da Fazenda. O senhor fez coisa parecida, mas tomou gosto pelos aplausos da plutocracia e já se passaram quase três anos de ruína para a produção. O distinto amigo tornou-se um militante do ardil, mas esse ponto é despiciendo. O fato é que o doutor Palocci é hoje o preferido da banca daqui e do Ultramar. Ao contrário do que sucedeu ao doutor Getúlio em 1954 e até ao Jango em 1964, a porta da direita está à sua disposição, generosa e grata. Tome-a, porque a da esquerda finou-se.

Não lhe prometo que esse caminho leve o doutor Palocci ao Planalto.

Também não lhe digo que me deixei impressionar pela entrevista que ele deu no domingo. Asseguro-lhe, contudo, que a candidatura do ministro da Fazenda levará o estimado presidente de volta a São Bernardo sem que seu governo arraste ao descrédito as instituições nacionais.

Como humilde concidadão, subscrevo-me pela pátria,

Tancredo Neves

ANEXO H – De ernesto.geisel@edu para lula@gov

De ernesto.geisel@edu para lula@gov

Defenda o Estado da ação dos sacripantas das privatizações, crie a estatal da banda larga

SENHOR PRESIDENTE, Antes de mais nada, agradeço seus gentis comentários sobre meu governo e faço-lhe uma revelação: em 1994 votei no senhor. Há por aí pelo menos uma pessoa a quem eu contei isso.

Escrevo-lhe para pedir que enfrente as operadoras de telefonia nessa história da banda larga da internet. Crie uma estatal, não se intimide. Informe a todos os sacripantas das privatizações que cabe ao presidente da República a defesa dos interesses do Estado. O seu cargo é estatal. Seu antecessor privatizou-o e, pelo que me contou o Tancredo Neves (que não gosta dele), carrega índices constrangedores de rejeição popular.

A rede de banda larga do Estado de São Paulo tem mais conexões que o Norte, Nordeste e Centro-Oeste somados. Algo de errado está acontecendo. Os empresários preferem trabalhar no mercado paulista, onde está o dinheiro, desprezando as regiões mais pobres. Não podemos condená-los, mas daí a fazermos o que lhes convém, vai distância enorme.

Durante o governo do marechal Castello Branco eu coordenava a política de telecomunicações do país

e queria que esse serviço ficasse sob o guante de uma empresa estatal. O Roberto Campos era ministro do Planejamento e queria privatizar tudo. O Castello não quis discutir a venda da Petrobras, mas disse que gostaria de ver as telecomunicações nas mãos da iniciativa privada. Pediu ao Campos que atraísse capitais para o negócio. Como eram ingênuos...

O Campos foi ao mercado e aprendeu que a plutocracia só se interessaria se a viúva do Duque de Caxias entrasse com os capitais. Eu só consegui estatizar as telecomunicações porque tive a ajuda de um empresariado que defendia um mercado no qual a iniciativa é privada, mas os recursos são públicos, de preferência do BNDES.

Presidente, fuja do monopólio, mas crie um competidor estatal para a banda larga. Se ficarmos na parolagem privatista, voltaremos ao tempo da minha juventude, quando vendia-se manteiga europeia nos armazéns de Bento Gonçalves. Não digam que isso é conversa de velho. Aos 80 anos eu vi os supermercados de Ipanema vendendo verduras belgas.

Respeitosamente,

Ernesto Geisel